

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LUANA TESTONI

Evangélicos na política: como a literatura compreende a inserção desse grupo no sistema político brasileiro

Florianópolis

2022

LUANA TESTONI

Evangélicos na política: como a literatura compreende a inserção desse grupo no sistema político brasileiro

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Tiago Daher Padovezi Borges

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Testoni, Luana
Evangélicos na política : como a literatura compreende a
inserção desse grupo no sistema político brasileiro / Luana
Testoni ; orientador, Tiago Daher Padovezi Borges, 2022.
66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Evangélicos. 3. Pentecostais.
4. Grupos Sociais. 5. Inserção Política. I. Daher Padovezi
Borges, Tiago. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Luana Testoni

Evangélicos na política: como a literatura compreende a inserção desse grupo no sistema político brasileiro

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

Florianópolis, 03 de março de 2022



Documento assinado digitalmente
Rodrigo da Rosa Bordignon
Data: 07/03/2022 09:48:14-0300
CPF: 979.833.810-34
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
Tiago Daher Padovezi Borges
Data: 07/03/2022 09:45:46-0300
CPF: 309.779.468-94
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Anais Medeiros Passos
Data: 07/03/2022 11:49:30-0300
CPF: 018.011.460-39
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof^a. Anais Medeiros Passos, Dra.
Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Luciano da Ros
Data: 07/03/2022 09:00:27-0300
CPF: 819.529.610-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Luciano da Ros, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Desde que ingressei no curso de Ciências Sociais percebo que acertei em escolher este caminho. Dessa forma, quero agradecer a todos que tornaram possível minha jornada até aqui.

Agradeço meus pais por me proporcionarem a melhor vida que eu poderia ter. Obrigada por apoiarem meus sonhos e minhas escolhas.

À minha irmã Ana, agradeço por ser minha base, minha parceira de vida e fonte de inspiração. Obrigada por sempre me direcionar pelos melhores caminhos.

À meu namorado Varlei, agradeço por todo o companheirismo e amizade. Ele sempre esteve presente durante minha trajetória acadêmica, me dando os melhores conselhos e estimulando todas as minhas capacidades. Te amo.

À Alicia e Samanta, que estão comigo desde a infância, agradeço pela amizade e lealdade, por todo apoio e pelas longas conversas nas madrugadas.

Agradeço também às amigas que fiz durante a graduação, Elig e Fernanda, que tornaram essa trajetória mais leve. Obrigada por todas as trocas, conselhos e cafés. Sou muito feliz por ter vocês em minha vida.

À meu orientador Tiago, agradeço por sempre estar disponível em me ajudar e por ter me dado a oportunidade de ter sido sua bolsista PIBIC, possibilitando assim, a aproximação com o tema deste trabalho.

Por fim, agradeço a UFSC, os professores que tive durante a graduação e os funcionários técnicos-administrativos do curso de Ciências Sociais que foram essenciais nessa trajetória.

*Pasmo sempre quando acabo qualquer coisa.
Pasmo e desolo-me. O meu instinto de perfeição
deveria inibir-me de acabar; deveria inibir-me
até de dar começo. Mas distraio-me e faço. O que
consigo é um produto, em mim, não de uma
aplicação de vontade, mas de uma cedência dela.
Começo porque não tenho força para pensar;
acabo porque não tenho alma para suspender.*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Em decorrência de uma postura apolítica, por muitos anos, os evangélicos foram sub-representados politicamente. Foi a partir da redemocratização do país que este grupo religioso emergiu no campo político brasileiro, frente ao avanço de pautas progressistas na sociedade. Em decorrência de um sistema partidário altamente permissivo à entrada de novos grupos, religiosos evangélicos se inseriram no parlamento, criaram partidos e constituíram a chamada “bancada evangélica”, que luta em defesa da moral cristã e da família no Congresso. Tendo em vista este cenário, o que procuro observar é como a literatura no campo de estudos das Ciências Sociais trata da inserção política desse grupo que, nas últimas décadas, vem se mobilizando frente à defesa de seus interesses. Para tanto, através da base de dados Redalyc, esta pesquisa mapeou 14 artigos que tratam do contexto de inserção e atuação desses religiosos na política institucional brasileira. Por fim, este trabalho abordou e descreveu algumas temáticas predominantes nos artigos selecionados, como: Atuação dos evangélicos na esfera pública; Voto evangélico; Igreja Universal do Reino de Deus; A controvérsia do aborto; Mídia evangélica; Candidaturas evangélicas e financiamento de campanha.

Palavras-chave: Evangélicos; Pentecostais; Grupos Sociais; Inserção Política.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Igrejas pentecostais com maior número de fiéis.....	23
Quadro 2- Publicações encontradas.....	30
Quadro 3- Diferenças entre o lançamento de “candidaturas oficiais”.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD- Assembleia de Deus
CEBs- Comunidades Eclesiais de Base
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DIAP- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DOI- Identificador de Objeto Digital
ESEB- Estudo Eleitoral Brasileiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEQ- Igreja do Evangelho Quadrangular
IURD- Igreja Universal do Reino de Deus
PEC- Proposta de Emenda à Constituição
PFL- Partido da Frente Liberal
PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL- Partido Liberal
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN- Partido da Reconstrução Nacional
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PSC- Partido Social Cristão
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PSL- Partido Social Liberal
PT- Partido dos Trabalhadores
PV- Partido Verde
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
TSE- Tribunal Superior Eleitoral
UAEMEX- Universidad Autónoma del Estado de México

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PANORAMA ANALÍTICO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	14
2.1 A inserção de grupos sociais no sistema partidário brasileiro.....	17
3 DA HISTÓRIA DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL AOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES.....	21
3.1 Pentecostalismo no Brasil.....	21
3.2 Evangélicos na Política.....	23
3.3 Evangélicos nas Eleições.....	27
4 DIAGNÓSTICOS APRESENTADOS PELA LITERATURA ACERCA DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA.....	29
4.1 Metodologia e universo de publicações.....	29
4.1.1 Atuação dos evangélicos na esfera pública.....	32
4.1.2 Voto evangélico.....	41
4.1.3 Igreja Universal do Reino de Deus.....	48
4.1.4 Mídia evangélica.....	52
4.1.5 A controvérsia do aborto.....	55
4.1.6 Candidaturas evangélicas e financiamento de campanha.....	59
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A religião evangélica no Brasil cresceu rapidamente a partir dos anos de 1980 e 1990 em relação ao seu número de fiéis. Segundo dados do IBGE, em 1980, cerca de 6% dos brasileiros se declararam pertencentes à alguma denominação evangélica, porcentagem que subiu para 9% em 1991. O crescimento do evangelismo na sociedade brasileira representava, naquele momento, dois fenômenos importantes: o primeiro relacionado à diminuição de brasileiros declaradamente católicos, já o segundo, é resultado do surgimento de diversas Igrejas evangélicas por todo o Brasil, principalmente de igrejas neopentecostais (NETTO, 2016).

De forma simultânea, os evangélicos se inseriram dentro do campo político brasileiro. A partir de 1985, com a redemocratização, o número de parlamentares evangélicos cresceu consideravelmente. Havia por parte desse grupo o interesse em representar suas pautas religiosas diante do avanço de movimentos progressistas na sociedade, além disso, os evangélicos tinham o interesse em purificar a política que estava “desmoralizada”. Ademais, conforme Machado e Burity (2014), os evangélicos adentraram na política como forma de “sobrevivência” enquanto religião, isso porque, por muitos anos estes foram perseguidos pela Igreja Católica, que monopolizava o campo religioso no Brasil.

A partir dessa inserção política, parlamentares evangélicos criaram novos partidos e constituíram a chamada “bancada evangélica”, um bloco parlamentar conservador que age em defesa da “família tradicional brasileira” frente às pautas progressistas no Congresso, como a descriminalização do aborto e o casamento entre casais homossexuais.

Dessa forma, tendo em vista este cenário político, o que procuro observar é como a literatura na área das Ciências Sociais trata da inserção dos evangélicos no sistema político brasileiro. A ideia para este trabalho, surgiu a partir da minha experiência como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) onde tive a oportunidade de me aproximar de pesquisas científicas que tratam da temática da inserção política dos evangélicos no Brasil. Não obstante, o quadro atual do crescimento evangélico e de pautas de cunho moral e religioso no Congresso, também serviram como motivadores para a execução deste trabalho.

Neste sentido, a pesquisa desenvolvida mapeou e explorou artigos científicos, através de revisão bibliográfica, que discutem a absorção e a atuação desse segmento em espaços legislativos, além de trabalhos voltados ao perfil eclesial das igrejas e do eleitorado evangélico. Dessa forma, a pergunta de pesquisa que guiou este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi a seguinte: como a literatura especializada tem abordado a inserção dos evangélicos dentro do sistema político brasileiro?

Em um primeiro momento, apresentarei, como plano de fundo da discussão que se coloca, uma abordagem acerca do panorama de análises sobre nosso sistema partidário, que é dividido em dois momentos: o primeiro com uma discussão voltada para a configuração e enraizamento dos partidos políticos e a institucionalização¹ do sistema partidário (MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; KINZO, 2005); e um segundo momento, com trabalhos voltados para questões mais específicas do sistema partidário brasileiro, como as estratégias internas de elites políticas. No final desta primeira parte será apresentado, brevemente, uma nova discussão emergente que trata da inserção de grupos sociais na política, o que nos levará para a temática dos evangélicos.

Após essa discussão inicial, acerca de grupos sociais e minoritários na política, abordarei de forma mais específica o objeto desta pesquisa, os evangélicos. Cabe ressaltar que esse grupo é heterogêneo, ou seja, estão divididos em diferentes vertentes e denominações (históricos, reformados, pentecostais). Para este TCC, consideramos o segmento pentecostal e neopentecostal, tendo em vista a sua relevância política e social nos dias de hoje. Sendo assim, será apresentado a história do pentecostalismo no Brasil desde seu surgimento, em 1910, até a sua inserção política no período de redemocratização do país (FREESTON, 1993). Por fim, neste mesmo capítulo, serão apresentados alguns dados e apontamentos sobre a atuação dos evangélicos em momentos eleitorais (NETTO, 2016; MACHADO e BURITY, 2014; ORO, 2003; PIERUCCI, 1996; BOAS, 2013; CASSOTTA, 2019).

No último capítulo deste trabalho, apresentarei o panorama metodológico desta pesquisa e os resultados da revisão bibliográfica realizada. Todos os artigos selecionados foram descritos de forma detalhada, levando em conta suas metodologias e separados por categorias de análise. Na conclusão, serão abordados os principais pontos e argumentos levantados pela literatura mobilizada nesta pesquisa.

¹ O conceito de institucionalização segundo Mainwaring e Scully (1995) possui quatro dimensões: 1) estabilidade na competição partidária; 2) enraizamento dos partidos na sociedade; 3) legitimidade dos partidos pelos atores políticos; e 4) independência dos partidos em relação aos líderes partidários (TAROUCO, 2010).

2 PANORAMA ANALÍTICO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Neste capítulo, como plano de fundo da discussão acerca da inserção política de grupos sociais no Brasil, tenho como objetivo fazer uma breve exposição sobre algumas características de nosso sistema partidário. Pretendo pensar aqui de que forma as características de nosso sistema partidário contribuíram para a inserção política dos evangélicos nas últimas décadas. Uma parte da literatura aponta que nosso sistema oferece reduzidas barreiras à entrada de novos atores e partidos políticos na arena legislativa, consequência de uma legislação eleitoral permissiva para a criação de novos partidos. Essa característica contribuiu fortemente para a fragmentação partidária e para as estratégias personalistas de atores políticos em detrimento dos partidos. É neste cenário de fragilidade do sistema partidário, que as igrejas evangélicas criaram seus partidos, como forma de alcançar sua ambição política (CERQUEIRA, 2021, p. 4).

A partir da redemocratização, havia no âmbito acadêmico, uma discussão acerca da importância da representação parlamentar de minorias políticas e grupos sociais para o aumento do sentimento de inclusão política na canalização de novas vozes no parlamento. Os primeiros trabalhos que discutiram o funcionamento de nosso sistema partidário foram marcados por um forte “pessimismo” em relação a configuração dos partidos políticos no Brasil (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; KINZO, 1993; MAINWARING e SCULLY, 1995; KINZO; 1998; MAINWARING, 2001; KINZO, 2005).

O contexto da ruptura autoritária, teve forte influência teórica sobre essa literatura. Para essa discussão inaugural, o enraizamento dos partidos políticos na sociedade se faz necessário para o estreitamento do vínculo entre o regime democrático e os eleitores, isso porque, “[...] grupos e setores da sociedade estariam conectados com os partidos políticos, considerados veículos de inclusão para pressões redistributivas no interior das instituições democráticas” (ibid., p. 194).

Nessa perspectiva, os partidos políticos são fundamentais para a democracia representativa, pois é através do voto popular que estes são respaldados. Durante as eleições, seu papel principal é o de competir para obter apoio do eleitorado, e assim, conquistar posições de poder. Os partidos modernos ao se constituírem, assumem papéis na estruturação

da disputa eleitoral e na mobilização do eleitorado em busca da construção de uma identidade partidária.

Essa literatura inaugural visou identificar se nosso sistema político era capaz de estabelecer ligações com a sociedade através da intermediação de interesses. Para tais autores, a previsibilidade da competição eleitoral seria garantida através dos principais partidos políticos que canalizariam as demandas dos setores sociais na arena decisória (BORGES, 2021, p. 194). Para Kinzo (2005), a consolidação do sistema partidário é percebida quando há uma estabilização dos partidos na competição eleitoral, o que implica em uma disputa mais estável entre os candidatos (ibid., p. 67).

Nessa mesma linha de discussão, o principal diagnóstico é de que a reforma eleitoral de 1988 não contribuiu para a manutenção de nosso sistema partidário na construção de partidos políticos mais efetivos. Trabalhos como o de Mainwaring (1997), destacam que a legislação eleitoral brasileira, como nenhuma outra, concede muita autonomia aos políticos favorecendo-os individualmente dentro do sistema. Assim, essa legislação reforça comportamentos individualistas que impedem a construção de uma identidade partidária entre o político e o partido, bem como, entre o representante e o eleitorado (ibid., p. 337). O autor ainda destaca que os políticos brasileiros percebem os partidos apenas como um meio para se elegerem, o que impossibilita a criação de vínculos partidários (MAINWARING, 1997, p. 347).

Outros fatores identificados como problemáticos em nosso sistema, além do forte personalismo e dos enfraquecidos laços partidários, dizem respeito à falta de inteligibilidade do eleitorado no que tange ao funcionamento do sistema partidário. A complexidade da escolha eleitoral no Brasil envolve diferentes níveis de poder (nacional, estadual e municipal) e distintos métodos eleitorais (representação proporcional e sistema majoritário). Kinzo (2004) observa que pelo alto número de candidatos e partidos, características de nosso sistema altamente fragmentado, a escolha se torna menos nítida ao eleitorado, e isso, somado ao comportamento personalista dos políticos, gera uma barreira para o acesso do eleitor às informações necessárias sobre os candidatos.

Os trabalhos trazidos até aqui foram exemplos de estudos que analisam a fraqueza de nosso sistema político brasileiro, enfatizando uma forte crítica à organização partidária e a relação dos partidos com o eleitorado. São trabalhos que se mostravam preocupados com a estabilidade e a qualidade da democracia, diferente da literatura produzida a partir do início dos anos 2000 que, através de análises empíricas de aspectos específicos de nosso sistema político, apontavam para a institucionalização desse sistema, apontando através de fortes

evidências, que nossa democracia é exitosa. Estes novos estudos “[...] tinham de lidar com a incontornável evidência empírica de que, no Brasil, o regime democrático sobrevivia sem enfrentar qualquer sinal de ruptura institucional” (BORGES, 2021, p. 198).

Desse modo, para os estudos mais recentes, os partidos políticos são vistos como relevantes para a disputa política. As novas discussões se voltam para as estratégias políticas das lideranças partidárias, além, da atuação parlamentar, da relação destes com o executivo e a da organização interna dos partidos (FERNANDO e LIMONGI, 1999; GUARNIERI, 2011; AVELINO et al., 2012). Alguns dos trabalhos que apontavam para a institucionalização do sistema partidário no Brasil perceberam certa regularidade na competição política, ou seja, havia um processo de estabilização das preferências partidárias, identificado como principal vetor em que se organizou nosso sistema (BORGES, 2021, p. 199).

Outra diferença encontrada entre os trabalhos inaugurais e os novos diagnósticos, refere-se à prática de coligações. Nota-se que as coligações, anteriormente encaradas como danosas aos partidos políticos são, para a literatura mais recente, um procedimento natural e, acima de tudo, estratégico de lideranças na obtenção de novos ganhos. Além das coligações, as lideranças partidárias também usam de recursos organizacionais intrapartidários para o lançamento de candidaturas com alta probabilidade de êxito e centrais para disputas proporcionais e majoritárias. Vale ressaltar que para essa vertente de trabalhos, a principal discussão ancora-se na importância dos partidos com um olhar para as elites. São trabalhos que não se preocupam com o enraizamento dos partidos na sociedade, mas sim, com a consolidação interna das elites políticas.

Desse modo, em nosso sistema partidário, que pouco constrange a entrada de novos grupos nos espaços legislativos, elites buscam aumentar sua expressão política inserindo-se no jogo político por meio dos partidos, como é o caso das igrejas evangélicas. Neste sentido, a inserção política dos evangélicos, representa um “[...] fenômeno complexo, permeado por grande heterogeneidade interna, com distintos comportamentos das igrejas nos lançamentos de candidaturas” (BORGES, BABIRESKI, 2021, p. 75).

Isto posto, o que se viu até o momento, foram trabalhos que se dividem em dois momentos: o primeiro, mais crítico em relação aos partidos políticos brasileiro, tendo em vista a importância de uma vinculação entre o sistema partidário e a sociedade, já o segundo, identificam uma maior centralidade nas eleições e na representação política, onde os partidos e as elites assumem posturas mais estratégicas e definidoras da competição eleitoral.

2.1 A inserção de grupos sociais no sistema partidário brasileiro

Como já apontado no tópico anterior, após a redemocratização do país, havia por parte de uma literatura especializada, uma preocupação acerca do modo como os setores populares da sociedade seriam absorvidos pelo sistema político brasileiro. Boa parte da literatura produzida em meados dos anos 2000, aponta para um diagnóstico pouco favorável a respeito da representação de grupos sociais na política, isso porque, apesar de oferecer poucas restrições para a inserção de novos grupos sociais, nosso sistema político e partidário estaria muito distante de vários conjuntos de eleitores.

Uma discussão mais emergente e ainda, mais atual, trata da dificuldade de inserção de alguns grupos sociais no sistema partidário, como é o caso das mulheres e dos negros. Nota-se que o debate acerca da inclusão de grupos sociais para dentro dos espaços de tomada de decisões, não é apenas um debate acadêmico, mas sim, uma demanda corrente entre governos e atores da sociedade civil que vêm nessa inclusão um meio de tornar os processos políticos mais representativos, reconhecendo as diferenças existentes entre os cidadãos (SACCHET, 2012).

A sub-representação política de minorias é um assunto importante das Ciências Sociais. Mulheres, negros, indígenas, religiosos e vários outros setores da sociedade, buscam pela inclusão no parlamento como forma de defender seus interesses e aumentar o sentimento de inclusão política (LACERDA, 2017, p. 1). Neste sentido, tem-se que o sistema partidário e o contexto dos partidos políticos, apresentam variáveis que nos ajudam a entender a dinâmica da participação partidária e os padrões de inserção dos grupos nas instâncias legislativas.

Um ponto importante diz respeito ao fato de sistemas proporcionais serem mais benéficos às mulheres, principalmente devido ao sistema proporcional apresentar uma lista coletiva de candidatos para cada distrito. As listas comportam vários nomes e a não inclusão de pessoas relevantes socialmente e com apelo eleitoral, como mulheres e negros, pode ser visto como uma prática discriminatória nos dias de hoje.

Sendo assim:

[...] o fato de o sistema ser proporcional abre mais espaço para que os partidos busquem incluir em suas listas os diferentes perfis sociais, pois isso também se traduz em soma de votos para a legenda e permite incluir novos perfis que emergem como relevantes. Tem sido observado que o problema das mulheres não reside tanto em conseguir serem indicadas candidatas e, sim, em conseguirem condições efetivas de competir – no primeiro momento, internamente nos partidos, com aqueles que já

detêm certa vantagem eleitoral como a de possuir mandato ou ter redes partidárias de apoio e, em seguida, externamente ao partido, no mercado eleitoral (NORRIS, 2003). (ARAÚJO, 2005, p. 196)

Desse modo, o sistema proporcional é considerado mais vantajoso nessas condições por favorecer o “efeito-contágio”, efeito gerado por iniciativa de um determinado partido que tende a ser incorporado por outros quando o resultado é positivo. Assim, o sistema proporcional é mais favorável pela adoção de cotas, “uma vez que sempre há uma pluralidade mínima de candidatos” (ARAÚJO, 2005, p 197).

Quando pensamos sobre a inserção dos negros na política, Campos e Machado (2015) destacam que pouco se sabe sobre os mecanismos políticos que acarretam a sub representação política desse grupo, — diferente da grande quantidade de estudos e análises voltados para a inserção política das mulheres. Os autores apontam que são poucos trabalhos que se dedicam a entender a “marginalidade política dos negros brasileiros” (CAMPOS e MACHADO, 2015).

O não diagnóstico do problema da sub-representação e suas possíveis causas, ocasiona a não inserção desse tema na agenda acadêmica e política e acaba por restringir aqueles que tentam pensar em mecanismos para a inclusão política desse grupo que é majoritário na população, mas minoritário na política. Um dos poucos momentos que esses problemas entraram para a agenda do debate público foi através da reforma política pretendida pela Ex-Presidente Dilma Rousseff, como resposta às manifestações de Junho de 2013 (FALCÃO, 2013; BRAGA, 2013; CARDOSO, 2013 apud CAMPOS e MACHADO, 2015). Dessa forma, fora pautada a PEC 116/2011 que tinha como proposta um sistema de escola entre dois candidatos para cada cargo legislativo, um autodeclarado negro e outro da concorrência universal. Porém, tal proposta foi redigida sem que antes houvesse um entendimento acadêmico dos processos que afastam os negros da política.

É importante que existam estudos que entendam os mecanismos que estão por trás dessa falta de representação, há todo um histórico racista de exclusão e de falta de oportunidades experienciadas por estes que representam mais de 50% da população brasileira. É importante destacar ainda, o fato da politização racial ser muito mais recente que a politização de gênero, visto que dados como raça/cor dos candidatos registrados eram desconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É apenas em 2014 que raça e cor entraram para os registros do TSE, antes apenas constavam dados acerca da profissão, patrimônio, escolarização, gênero, etc. Neste sentido, Campos e Machado apontam que:

Logo, a adição da variável raça/cor nos registros do TSE terá uma enorme importância para as pesquisas futuras sobre a marginalização dos negros da política. No entanto, a ausência dessa informação até o presente momento torna difícil transpor dois problemas. O primeiro deles: é impossível determinar apenas com os dados do TSE em que medida a posição dos negros nas listas partidárias em 2014 reflete uma tendência histórica ou, ao contrário, é um ponto fora das tendências temporais. Em segundo lugar, ao menos até as eleições de 2016, teremos apenas os dados referentes aos pleitos federais. Se entendermos que a exclusão política dos negros provavelmente tem a ver com obstáculos próprios da carreira política no Brasil, perceberemos que o foco nas eleições federais restringe as investigações aos pontos finais da carreira política brasileira. (2015, p. 123)

Campos e Machado destacam que para conseguirem responder a pergunta principal referente ao baixo número de políticos pretos nas instâncias decisórias brasileiras, usufruíram de informações restritas. A partir dessas informações, constatou-se que não é possível atribuir a não candidatura de negros pela falta de candidatos desse perfil, pois, há um número significativo de negros na disputa, mesmo em número menor se comparado a proporção desse grupo na sociedade. Dessa forma, o não interesse de negros pela política não é um argumento plausível para explicar o problema da sub-representação deste grupo social.

Por fim, nessa discussão emergente, além de trabalhos que tratam da inserção política de grupos sub-representados, como os negros e as mulheres, há a emergência de trabalhos que se voltam para o êxito da inserção de grupos religiosos na política, em específico, dos evangélicos, tema central deste trabalho. Por muitos anos, os evangélicos foram sub-representados politicamente, muito em decorrência da postura apolítica destes religiosos, como também, pela força da Igreja Católica nos campos político e religioso. Com o crescimento desse grupo na sociedade brasileira, a partir dos anos de 1980, notou-se também, sua expansão política. Os evangélicos, diferente dos grupos mencionados acima, saíram da marginalidade política e se inseriram fortemente no sistema partidário brasileiro através da criação de partidos vinculados à lideranças e igrejas evangélicas, como é o caso dos partidos: Republicanos, Partido Liberal (PL) e Partido Social Cristão (PSC).

O esforço de se debruçar sobre tal fenômeno político, se dá principalmente por conta da atuação dos evangélicos nas últimas eleições. Estes que deixaram de ser um grupo subalternizado, agora representam uma forte base eleitoral e parlamentar. Vale reforçar novamente, que a inserção política dos evangélicos é um fenômeno heterogêneo. Não se trata de um grupo coeso, onde todas as candidaturas são apoiadas diretamente por uma denominação evangélica.

Nos próximos capítulos serão apresentados a história do pentecostalismo no Brasil

desde seu surgimento até a inserção política destes no processo de redemocratização do país. Posteriormente, adentrarei ao universo de publicações encontradas na revisão bibliográfica que este trabalho se propôs a fazer.

3 DA HISTÓRIA DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL AOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES

Neste capítulo, o intuito é apresentar ao leitor algumas considerações acerca do grupo de evangélicos tratados neste TCC. Primeiramente, será abordada a história do surgimento das igrejas pentecostais no Brasil em 1910, com a Congregação Cristã no Brasil, até 1980 com o surgimento das igrejas neopentecostais (FREESTON, 1993). Posteriormente, tendo em vista o foco principal deste trabalho, apresentarei alguns apontamentos, trazidos pela literatura, sobre os evangélicos na política brasileira.

3.1 Pentecostalismo no Brasil

O pentecostalismo no Brasil por muito tempo careceu de dados acerca de sua história. Quando disponíveis, esses dados se encontravam de maneira extremamente fragmentada e desorganizada, fazendo com que pesquisadores recorressem ao que já se sabia sobre grupos semelhantes e aos tipos ideais da sociologia da religião, para a reconstrução da história das igrejas pentecostais no Brasil (FREESTON, 1993).

Desse modo, podemos compreender o surgimento do pentecostalismo brasileiro a partir de *três ondas*. A primeira se iniciou no momento em que o pentecostalismo estava se expandindo mundialmente, chegando ao Brasil ainda “em sua infância”. Essa primeira onda diz respeito ao pentecostalismo clássico, que corresponde aos anos de 1910 a 1950, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil em 1910, em São Paulo, e da Assembleia de Deus, em 1911 no Pará. Nesta primeira onda, destacam-se características como: o anticatolicismo forte pelo uso do dom das línguas e as práticas de rejeição ao mundo exterior. Os fiéis evangélicos deste período, eram pessoas pobres que possuíam baixa escolaridade e que se

sentiam excluídas da sociedade e perseguidas pela Igreja Católica (FRESTON, 1993)

A segunda onda ocorreu no início da década de 1950 até início dos anos 1970, sendo conhecida como pentecostalismo neoclássico. As igrejas fundadas nesse período foram: Igreja do Evangelho Quadrangular em São Paulo, em 1951; Deus é Amor em São Paulo, em 1962; Casa da Bênção em Minas Gerais, em 1964; e Brasil para Cristo em São Paulo, em 1955. Sendo essa última, a primeira igreja a eleger políticos por não possuir tradição apolítica. Porém, tal pioneirismo não foi seguido pelos demais pentecostais “por quase um quarto de século” (FRESTON, 1993, p. 89). Como características da segunda onda, tem-se a divulgação da religião via rádio e o evangelismo itinerante em tendas de lona por todo o país, além da pregação com ênfase na cura divina. Os pregadores das igrejas também apresentavam um visual mais urbano e moderno, diferenciando-se dos pastores do pentecostalismo clássico.

A terceira e última onda surgiu na metade da década de 1970 e se fortaleceu nas décadas posteriores de 80 e 90. Como principais representantes desta onda, destacam-se: a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1970 no Rio de Janeiro; Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 no Rio de Janeiro; Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás; e Renascer em Cristo, fundada em São Paulo em 1986. Como principais características dessas igrejas temos: o televangelismo (mídiação da fé), o que explica o grande número de fiéis convertidos em um espaço curto de tempo; a pregação da Teologia da Prosperidade, que promoveu a busca por uma vida de graças no presente, favorecendo a inserção dos pentecostais na política, no mercado editorial e nos meios de comunicação; destaque à figura do Diabo e a guerra contra o mesmo; acomodação ao mundo; não adoção do uso de santidades; prática do exorcismo; cultos de cura; e resolução de problemas no âmbito econômico e familiar.

Sobre o pentecostalismo da terceira onda, Freston (1993) aponta que esta nova onda

[...] adapta-se às mudanças: o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão de mão de obra do campo; a estrutura moderna de comunicações de massa que no final dos anos 70 já alcança quase toda a população; a crise católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica dos anos 80. Em contraste com a segunda onda de igrejas paulistas fundadas por imigrantes de nível cultural simples, a terceira onda é sobretudo de igrejas cariocas fundadas por pessoas cidadinas de nível cultural um pouco mais elevado e pele mais clara. Iniciando-se no contexto de um Rio de Janeiro marcado pela decadência econômica, pelo populismo político e pela máfia do jogo, o novo pentecostalismo se adapta facilmente à cultura urbana influenciada pela televisão e pela ética yuppie (p. 95)

Voltando-se para o cenário atual, é importante destacar que, segundo o Censo de 2010, cerca de 43% dos fiéis evangélicos fazem parte das igrejas pentecostais e neopentecostais mencionadas até aqui, como podemos notar no quadro a seguir.

Quadro 1- Igrejas pentecostais como maior número de fiéis

IGREJAS	NÚMERO DE FIÉIS
Assembleia de Deus	12.314.40
Igreja Congregação Cristã do Brasil	2.289.634
Igreja Universal do Reino de Deus	1.873.243
Evangelho Quadrangular	1.808.309
Deus é Amor	845.383

Fonte: Censo 2010.

3.2 Evangélicos na Política

A politização dos evangélicos começa a se fortalecer no período da terceira onda, mais especificamente, após a redemocratização, a partir de 1985 (NETTO, 2016). O cenário da época era o de construção de uma nova carta constitucional, sendo assim, um período de retomada da defesa da liberdade e dos direitos de diversos grupos sociais que ganhavam voz em favor de suas demandas. Dentre esses grupos, destacam-se os religiosos evangélicos, em sua grande maioria, pentecostais e neopentecostais. A política nesse contexto, emerge como uma estratégia de sobrevivência, em outras palavras, em um “ter que fazer política” por meio da mobilização eleitoral. Nesse sentido, a política que antes era “demonizada” pelos evangélicos, agora é uma ferramenta de articulação que se faz necessária quando as leis estão

sendo modificadas por força de mobilizações sociais e conquistas de outros setores da sociedade o que implica em “[...] problemas morais para os pentecostais: [tal qual] como obedecer o que não é bíblico?” (MACHADO; BURITY 2014). No entanto, para autores como Machado e Burity, a política dos pentecostais “[...] articula uma aspiração de hegemonia como busca de permear espaços” (2014, p. 616). Outro fator importante é que para as igrejas pentecostais e reformadas, a corrupção na política é antítese dos princípios cristãos e da fraternidade da comunidade evangélica, tornando-se inimiga do bem-estar dos cidadãos. Dessa forma, a corrupção justifica e legitima a entrada destes que se consideram a “reserva moral” da sociedade, dentro da política (ORO, 2003, p. 53).

Em 1985 a Constituinte contava com 33 parlamentares evangélicos e 2 suplentes (Freston, 1993; Pierucci 1996). É nesse momento, segundo Freston (1993), que surge a denominação de bancada evangélica, onde parlamentares se colocam em um mesmo lado em temas e assuntos como aborto, homossexualidade e drogas, para pautas em votação. Pierucci (1996) demonstra que nesse momento houve a ascensão de uma “nova direita cristã”. O número de parlamentares declaradamente evangélicos cresce, o que segundo Netto (2016), se deve pela busca do eleitorado evangélico por candidatos que representem seus interesses e seus ideais a partir dos princípios da religião. Surgem assim, candidatos que através do discurso religioso atraem votos justificando-se por duas principais motivações, divididas em: ordem simbólica e ordem prática. A primeira, diz respeito ao interesse dos evangélicos em purificar a política, que é tida como corrompida e mundana. Já a segunda motivação, de ordem prática, é inteiramente ligada aos interesses das igrejas em manterem uma boa relação com o poder público a fim de lhes garantirem benefícios.

Ainda sobre a participação dos evangélicos no poder legislativo, Machado e Burity (2014) evidenciam que a participação destes na política pode ser interpretada de duas formas. A primeira é posta como uma “forma de sobrevivência” em relação ao estado, visto que essa relação possui grandes assimetrias. Já a segunda, diz respeito a uma “construção (minoritária) de uma agência coletiva com pretensões de reconhecimento e influência” (ibid.,p. 603). Essa segunda está ligada ao avanço de movimentos feministas e de liberdade sexual que orientam políticas públicas, o que vai contra as reivindicações que os religiosos pautam a respeito desses movimentos. Pode-se dizer que a politização por parte dos pentecostais significou três coisas:

[...] a) a percepção de uma oportunidade de sair da invisibilidade e reclamar acesso à esfera pública institucional que outros setores emergentes começavam a ter; b) emergência de uma agência interna empurrado para a publicização como caminho para a saída da condição de minoria política e culturalmente subalternizada, e questionando o apoliticismo; c) a confrontação com os setores mais “avançados” dos movimentos sociais — movimento feminista, negro, ambientalista e LGBT — e com o mundo da esquerda partidária cujas bandeiras desafiavam a autocompreensão pentecostal da política e da participação social. (MACHADO; BURITY, 2014, p. 605)

Temos que o pentecostalismo tornou-se uma religião pública devido ao processo de adoção do que podemos chamar de modelo corporativo de representação política, principalmente devido ao lançamento de candidaturas oficiais por parte da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus).

Ari Oro (2003) fez um estudo de campo na Igreja Universal do Reino de Deus, durante as eleições de 2002 e percebeu que dentro da igreja, após o final do culto de domingo, era permitido a divulgação do nome e do número de candidatos apoiados pela Igreja, com colocação de banners e encontros presenciais entre fiéis e candidatos. A divulgação dos candidatos é feita através de eventos, da mídia evangélica, dos programas de televisão, jornais impressos e revistas. Desde 1997 a IURD tem como método a candidatura oficial. O processo consiste no: 1) mapeamento dos eleitores; 2) incentivo para que jovens que já tenham completado 16 anos providenciem o título de eleitor; e 3) “recenseamento” dos dados eleitorais dos fiéis. Tudo isso é passado para os bispos regionais que deliberam acerca da escolha de quais e quantos candidatos representarão a IURD nas eleições. Tudo é feito baseado em um cálculo do quociente eleitoral e do número de fiéis eleitores cadastrados pelo “censo” de cada igreja.

Para o autor:

Toda essa dedicação pedagógica, que teve reincidências e diversas expressões em outras capitais e cidades do país, talvez eleve a Universal a uma condição ímpar da principal instituição brasileira da atualidade a se ocupar com tamanha aplicação à conscientização e ao direcionamento do voto de seus membros. Mas, a racionalidade política da Igreja vai além e já foi demonstrada em outras ocasiões. Dependendo da eleição, ela distribui seus candidatos segundo os bairros, as cidades ou as regiões para serem apoiados separadamente pelas diferentes igrejas locais. Porém, repito, na IURD a escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja, segundo seus próprios cálculos e interesses. Não há nenhuma consulta democrática aos membros das igrejas locais. (ORO, 2003, p. 56)

Ou seja, é um grupo pequeno de dirigentes da IURD que orientam os bispos e pastores locais a solicitarem o voto dos fiéis, além de escolherem os candidatos que representarão a igreja e em quais partidos políticos serão distribuídos.

Segundo Souza (2009 *apud* Netto, 2016, p.20), os candidatos da IURD não destacam a religião na propaganda eleitoral, justamente por já terem o apoio dos fiéis, muito em decorrência da campanha nas igrejas, dessa forma, aproveitam o horário eleitoral para atrair outros grupos de eleitores. É visto através do número de candidatos evangélicos eleitos, que a estratégia da IURD em orientar fiéis têm relevância prática para o cenário da política brasileira.

Outros casos trazidos por Oro (2003) dizem respeito à Assembleia de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular. A primeira possui candidaturas oficiais, porém, não orienta seus fiéis a votarem em somente um candidato. Já Igreja do Evangelho Quadrangular, realiza eleições prévias a fim de analisar se é mais viável lançar candidatos oficiais ou apoiar outros candidatos. Acerca da diferença entre as igrejas Assembleia de Deus e Quadrangular em relação a IURD, Oro (2003) destaca que:

[...] nota-se que tanto a Assembleia de Deus como a Quadrangular “imitam” a Universal até certo ponto. Não compartilham com o verticalismo desta última e reconhecem a liberdade do fiel de escolher seu próprio candidato, evangélico ou não, mesmo que indicado pelas igrejas. O procedimento das duas tradicionais igrejas pentecostais aproxima-se das orientações da Associação Evangélica Brasileira que, em documento intitulado “Voto Ético”, emitido por ocasião das eleições de 2002, preconizou, entre outras coisas, em seu Decálogo Evangélico, que “Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato dele se confessar cristão evangélico” (VI mandamento), e que “O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ensina sobre a Palavra de Deus, de acordo com ela. No entanto, no âmbito político-partidário a opinião do pastor deve ser ouvida apenas como a palavra de um cidadão, e não como uma profecia divina” (X mandamento) (p. 60)

De qualquer modo, mesmo as igrejas possuindo métodos diferentes em relação às eleições e candidatos, todas elas apresentam candidatos oficiais ou não, mas que pertencem à mesma igreja, fazendo com que o eleitor escolha entre seus pares. Essa lógica pragmática das igrejas não somente favoreceu a entrada dos pentecostais na política institucional, como

também, na direção das máquinas partidárias. Pode-se constatar isso analisando as bancadas de partidos como Republicanos e Partido Social Cristão (PSC).

3.3 Evangélicos nas Eleições

O crescimento da atuação e da participação dos evangélicos nas eleições brasileiras, segundo alguns estudiosos, é um caso de sucesso eleitoral (BOAS, 2013). O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), aponta que no pleito de 2018, a Bancada Evangélica expandiu em número de parlamentares se comparado aos pleitos dos anos anteriores, contando com 84 representantes, o maior número no Congresso até hoje dentro dessa bancada.

Desse modo, nas eleições de 2018 muitos candidatos trouxeram para o debate político questões morais e de cunho religioso, carregado de um forte discurso conservador. Jair Bolsonaro era o principal candidato que tinha como pauta a defesa dos bons costumes e da família. Em sua campanha, Bolsonaro contou com o apoio de grandes lideranças evangélicas, dentre elas destacam-se: Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; e José Wellington Bezerra da Costa, líder das Assembleias de Deus no Brasil. Seu alinhamento com o grupo dos evangélicos e com o discurso conservador, fez com que seu partido — naquele momento o PSL, se tornasse um dos maiores partidos dentro do congresso, tornando-se a segunda maior bancada da câmara com 52 deputados (CASSOTTA, 2019). Seu grupo ministerial também contava com alguns evangélicos, como: Onyx Lorenzoni, indicado como Ministro da Casa Civil, e Damares Alves, pastora da Igreja Batista e Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Sobre o relacionamento de lideranças políticas com o grupo dos evangélicos, nota-se que diversos partidos procuram as Igrejas Evangélicas, onde estas passam a desempenhar um papel muito importante, não somente em eleições proporcionais, como também, nas eleições majoritárias (CASSOTTA, 2019). Os evangélicos e seus ideais políticos tiveram grande destaque durante as eleições de 2018, porém, não foi a primeira vez que esse grupo teve protagonismo significativo dentro do cenário eleitoral brasileiro. Nessa questão, podemos citar as eleições de 1989, quando os evangélicos contribuíram fortemente para a eleição de Fernando Collor de Mello do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), visto que seu maior

opponente, Luís Inácio Lula da Silva era visto como um extremista de esquerda que ameaçava à liberdade religiosa.

No pleito de 1994, o padrão de rejeição a Lula e o conservadorismo, por parte dos evangélicos, se manteve. Já em 2002, houve uma virada no padrão de apoio do eleitorado evangélico. No primeiro turno daquela eleição, este grupo apoiava a candidatura de Anthony Garotinho do PSB (Partido Socialista Brasileiro), candidato declaradamente evangélico, porém, no segundo turno, a disputa estava entre Lula do PT (Partido dos Trabalhadores) e José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fazendo com que os evangélicos optassem por apoiar Lula, candidato que venceu as eleições daquele ano. Sabe-se que em 2002 Lula ampliou alianças com o segmento evangélico, além de ter sido apoiado pela Igreja Universal do Reino de Deus, umas das maiores do Brasil em relação ao número de fiéis (CASSOTTA, 2019). No pleito seguinte, Lula e o PT tiveram como prioridade a agenda do voto evangélico (ORO, 2011, apud CASSOTTA, 2019).

Acerca das eleições de 2010, Nicolau (2014) analisou a partir do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), que a religião teve certo impacto no primeiro turno da eleição, ou seja, o vínculo de Marina Silva com a religião evangélica foi essencial para que a candidata obtivesse seus votos no primeiro turno, como havia acontecido com Garotinho em 2002. Porém, o eleitorado evangélico votou em Marina com algumas ressalvas. Temas como a descriminalização do aborto, foram essenciais para a decisão de escolha entre as candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva. Estas, durante a campanha de 2010, se posicionaram contrárias ao aborto, como estratégia para angariarem os votos de evangélicos e católicos.

Dessa forma, nota-se a inegável importância que o eleitorado evangélico teve na maioria dos pleitos majoritários e proporcionais nas últimas décadas. Além disso, atores políticos religiosos visam a todo momento mobilizar a população contra pautas progressistas em votações em nome da defesa da "família tradicional brasileira" e da "moral religiosa". Esses são alguns apontamentos que nos mostram a força política dos evangélicos no Brasil, tanto no que se refere a mobilização do eleitorado quanto da atuação da "bancada evangélica" no Congresso. No próximo tópico, estas questões serão melhor abordadas a partir da literatura mobilizada nesta pesquisa.

4 DIAGNÓSTICOS APRESENTADOS PELA LITERATURA ACERCA DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA

Neste capítulo apresentarei, inicialmente, o universo de publicações encontrado a partir da revisão bibliográfica que este trabalho se propôs a fazer. São descritos os passos tomados na busca pelos artigos a partir da base de dados Redalyc. Além disso, são apresentadas as revistas que abarcam as publicações utilizadas nesta pesquisa. Posteriormente, são expostas e descritas, de forma detalhada, as seis categorias temáticas que agregam os 14 artigos encontrados, são elas: *Atuação dos evangélicos na esfera pública*; *Voto evangélico*; *Igreja Universal do Reino de Deus*; *Mídia evangélica*; *A controvérsia do aborto*; e *Candidaturas evangélicas e financiamento de campanha*.

4.1 Metodologia e universo de publicações

A busca pelos artigos se deu a partir do repositório Redalyc, uma base de dados bibliográfica que garante acesso gratuito a uma extensa biblioteca digital de periódicos científicos. Editada pela Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMEX), essa base disponibiliza publicações nas áreas de Ciências Sociais e Humanas e Exatas e Naturais, todas editadas em países da América Latina.

A busca pelos artigos utilizados nesta revisão bibliográfica foi realizada no dia 15 de março de 2021, executada através dos seguintes passos: na base de dados, selecionei a opção “Producción Científica” que me direcionou à página de busca por artigos. Nesta página, é possível encontrar as publicações utilizando palavras-chave, títulos, Identificador de Objeto Digital (DOI) e texto completo. Para esta pesquisa, a palavra-chave utilizada foi: “evangélicos”. A partir da inserção da palavra-chave, foram encontrados 8.053 artigos. Para limitar o espectro de publicações foi necessário inserir os seguintes filtros: “Idioma: Português”; “Disciplina: Sociologia, Política, Antropologia”; e “País: Brasil”. Dessa forma, foram encontrados 385 artigos.

Em seguida, os artigos foram selecionados levando em conta seu título, bem como, seu resumo. Aqueles que não convergiam com a temática abordada neste TCC, foram desconsiderados para a pesquisa. Cabe ressaltar que os artigos descartados não tinham como

tema central os evangélicos na política, eram trabalhos que se voltavam para debates de questões clássicas da Sociologia e da Antropologia da Religião, como secularização e espiritualidade.

Sendo assim, o universo encontrado de 385 artigos se reduziu para 14 artigos. As publicações encontram-se em 6 revistas, todas brasileiras focadas na publicação de artigos da área das Ciências Sociais. São elas: Caderno CRH (1 artigo); Revista Dados (2 artigos); Revista Brasileira de Ciências Sociais (2 artigos); Civitas Revista de Ciências Sociais (4 artigos); Opinião Pública (5 artigos); e Sociedade e Cultura (1 artigo). No quadro a seguir (Quadro 2) é possível visualizar onde e, em que ano, esses artigos foram publicados.

Quadro 2 - Publicações Encontradas

Título	Ano de Publicação	Revista
Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil	2015	Revista Brasileira de Ciências Sociais
A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e políticos brasileiros.	2003	Revista Brasileira de Ciências Sociais
A reação dos evangélicos ao novo Código Civil	2006	Civitas
Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores. Secularização e pluralismo em debate	2016	Civitas
Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública.	2011	Civitas
Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus.	2003	Civitas
Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil	2018	Opinião Pública

O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados	2017	Opinião Pública
Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral	2004	Opinião Pública
O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos	2017	Opinião Pública
A Notícia Política na Mídia Evangélica: <i>O Mensageiro da Paz</i> e a <i>Folha Universal</i> em Perspectiva Comparada.	2012	DADOS
A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos.	2014	DADOS
Religiosidade contemporânea brasileira: estilo de vida e reflexividade	2006	Sociedade e Cultura
A Controvérsia do Aborto e a Imprensa na Campanha Eleitoral de 2010.	2014	Caderno CRH

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Foi possível observar a partir da leitura detalhada dos artigos a predominância de algumas categorias temáticas no que se refere ao tema da inserção dos evangélicos na política brasileira. Desse modo, nos próximos tópicos, os artigos serão descritos dentro das seis categorias em que foram agrupados: *Atuação dos evangélicos na esfera pública*; *Voto evangélico*; *Igreja Universal do Reino de Deus*; *A controvérsia do aborto*; *Mídia evangélica*; *Candidaturas evangélicas e financiamento de campanha*. Na conclusão deste trabalho serão discutidos os principais argumentos convergentes levantados pela literatura tratada aqui.

4.1.1 Atuação dos evangélicos na esfera pública

Este tópico trata da atuação de políticos evangélicos nos espaços legislativos a partir

de trabalhos que abordam a inserção política e a formação da “bancada evangélica” no Congresso a partir dos anos 80. É visto que essa bancada, por décadas, vem reagindo a pautas progressistas, em nome da “família tradicional brasileira” e da instituição religiosa. Os trabalhos trazidos aqui demonstram que, por muitas vezes, os evangélicos por meio de mobilização política e social, saíram vitoriosos na derrubada de projetos que divergiam de suas pautas. Nota-se também, por parte destes atores, a defesa da liberdade religiosa e da laicidade do Estado brasileiro como recurso legalista para legitimar sua intervenção no debate político

Siqueira (2006) aponta que para atingir seus objetivos políticos, os evangélicos seguem as regras do jogo mesmo que estas estejam em desacordo com os valores religiosos. Sendo assim, é a partir de representação parlamentar, que os evangélicos conseguem pautar suas concepções morais, além de seus interesses em concessões de rádios, canais de televisão e aprovação de projetos que beneficiem suas igrejas (ibid., p. 16).

Dessa forma, no que se refere à atuação política dos evangélicos nos espaços legislativos, Mariano (2016) em seu artigo *“Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate”*, traz que diversos líderes políticos evangélicos não medem esforços em combater e demonizar seus adversários laicos que vão “contra” os princípios da “família tradicional”.

No que tange o debate da laicidade do Estado vs. pluralismo religioso, Mariano (2011) aponta que a disputa entre religião e política no Brasil é um debate que vem desde a República, tendo em vista que a separação entre Estado e Igreja não acabou com a dominação e privilégios da Igreja Católica sobre outras matrizes religiosas. Por muitos anos, dirigentes da Igreja Católica dificultaram a expansão das demais religiões no Brasil, pelo menos até o final da década de 50. Em 1939 o Estado Novo implantou a política de oposição ao protestantismo através do Departamento de Defesa da Fé como forma de defender a “nação católica”, tal movimento ficou por muito tempo na memória dos evangélicos, pois foram, por anos, perseguidos, expulsos de cidades e torturados pelo catolicismo (ibid., p. 246-247).

Na década de 50, com o avanço da modernização e da pluralidade religiosa, a Igreja Católica atuou novamente de forma ofensiva criando o Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade, que tinha como intuito vigiar “falsas religiões”. Sendo assim, Mariano (2011) aponta que

Nos anos 1950, o pluralismo religioso e a competição religiosa estavam ainda longe de constituir um parâmetro de ação institucional no campo religioso brasileiro. Sua ascensão se consolidaria somente no último quarto do século, com o processo de

redemocratização, o acelerado crescimento dos pentecostais e seu ingresso na tevê e na política partidária. Mas estava em marcha acelerada a destradicionalização religiosa, processo em que a adesão, a filiação, as crenças e as práticas religiosas tornam-se uma questão de opção pessoal consciente, voluntária e deliberada. Fenômeno que contribuiu para legitimar e dinamizar o trânsito religioso no país. (p. 247)

Assim, o pentecostalismo foi fundamental para consolidar o pluralismo religioso no Brasil por meio da defesa da liberdade religiosa e de culto. O intuito era romper com o monopólio prevalecente de aceitação hegemônica da Igreja Católica. Pode-se dizer que a reorientação católica para um “progressismo”, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e a redemocratização do país, contribuíram fortemente para a concorrência religiosa (MARIANO, 2011, p. 248).

Como reação ao avanço dos pentecostais no campo religioso e político brasileiro, a Igreja Católica, por orientação do Vaticano, insere-se na política partidária atuando por meio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) fazendo pressão direta em parlamentares e dirigentes políticos a fim de publicizar seus valores morais e suas bandeiras. Em contrapartida, houve uma expansão numérica de evangélicos nos meios de comunicação e no campo político partidário. Mariano destaca que os evangélicos ingressaram no campo político pelo temor de que a Igreja Católica pudesse aumentar seus poderes e privilégios no Estado brasileiro e na constituinte, o que demonstra que esses religiosos defendiam a separação entre Igreja e Estado (MARIANO, 2011, p. 250).

Os pentecostais ingressaram na política, no período de redemocratização do país, com alegações de defesa de seus interesses contra os adversários católicos, homossexuais, feministas e “macumbeiros” na construção da Carta Constitucional. A partir disso,

[...] propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais (Pierucci, 1989; Freston, 1993). Os pentecostais, ao mesmo tempo que faziam referência ao tradicional adversário católico, aludiam a seus adversários laicos, como justificativa para “irmão votar em irmão”, seu novo lema. (MARIANO, 2011, p. 251)

Da década de 1980 em diante, os evangélicos, encabeçados pelos pentecostais, duplicaram seu tamanho no parlamento, criaram partidos, como é o caso do PRB (atual Republicanos) pertencente à Igreja Universal, além de contarem com o apoio de candidatos e governantes. Esse apoio deve-se pelo fato de que candidatos a cargos no legislativo e no

executivo vêm buscando o apoio dos evangélicos em suas campanhas, na tentativa de transformar a massa religiosa em massa eleitoral. Sendo assim,

A cultura política nacional e, em especial, os dirigentes partidários, políticos e governamentais têm contribuído, de forma decisiva, para reforçar a instrumentalização mútua entre religião e política e para legitimar e estimular o ativismo político-partidário de grupos religiosos e a ocupação religiosa da esfera pública (Mariano, 2010). Essa ligação estreita entre religião e política constitui, por certo, poderoso obstáculo à laicização da esfera pública no Brasil.(*ibid.*, 2011, p. 251)

Diante deste cenário, Marino (2011) aponta que grupos laicistas vêm intensificando sua luta a favor do reconhecimento de seus direitos humanos, sexuais, sociais e reprodutivos. Em contraponto, evangélicos e católicos, também estão intensificando seu ativismo religioso, político e midiático na busca por influência na esfera pública. Diante deste confronto, laicos e religiosos acionam a laicidade em seu discurso de forma muito distinta. Os laicistas defendem o caráter laico do ensino público e a restrição de participação religiosa na esfera pública. Já os evangélicos, defendem a ocupação religiosa na esfera política e pública, mas mantendo o arranjo institucional de laicidade do Estado como recurso legalista para legitimar sua intervenção no debate político (*ibid.*, 2011, p. 253).

É visto então que os evangélicos quando se inserem politicamente ocupando cargos em espaços de tomada de decisões almejam defender seus interesses morais como forma de “sobrevivência” enquanto instituição religiosa. Além disso, esse grupo possui grande destaque no combate a pautas progressistas, onde por muitas vezes, obtiveram resultados positivos. Conforme Mariano (2006), desde a década de 80 os religiosos levantam a bandeira da liberdade religiosa para legitimar e justificar o ingresso e a participação na política partidária, além de mobilizar o voto entre “irmãos”.

Em 2003, essa bandeira foi empunhada mais uma vez, em função da alteração do Código Civil, tema tratado por Ricardo Mariano em seu trabalho *“A reação dos evangélicos ao novo Código Civil”*, que através de entrevistas semi diretivas com pastores e parlamentares evangélicos, analisa a reação destes ao novo Código de janeiro de 2003 que previa a fixação de novas regras de funcionamento às associações religiosas do país. Por esse motivo, houve uma movimentação evangélica perante essa nova situação jurídica que se instaurava (MARIANO, 2006, p. 78). Fiéis, líderes religiosos e políticos temiam que a instauração do novo Código Civil causasse danos às igrejas. Como resultado dessa insatisfação, a Frente

Parlamentar Evangélica, juntamente com outros políticos, conseguiu a revisão e alteração do Código (2003, p. 78).

Mariano destaca que durante o processo de implementação do novo Código Civil, ao longo de 2002 e 2003, diversas lideranças pentecostais e protestantes, foram assessorados por advogados, juízes e desembargadores evangélicos, onde estes realizaram:

[...] dezenas de encontros, simpósios, seminários, cursos, conferências e debates por todo o país para discutir, esclarecer e compreender as implicações e exigências dos dispositivos legais fixados pelo novo Código Civil para as associações religiosas. Tamaña mobilização resultou não apenas da vigência da nova legislação e da imperativa e urgente necessidade de se ajustar a ela, mas também, da própria novidade das regras do Código. (MARIANO, 2006, p. 78)

Um dos efeitos que seriam gerados pelo novo Código Civil, dizia respeito ao incremento de formalismo e de burocratização da gestão denominacional (2003 p. 86). Este obrigava toda igreja a contabilizar sua manifestação financeira, comprovando assim, suas receitas e despesas, além de manter atualizado o inventário patrimonial, pagar encargos trabalhistas e apresentar declaração de imposto de renda (2003, p. 87). Ou seja, conforme Pierucci (1996, p. 5 *apud* MARIANO, 2003) “a condição de *non-accountability*” de onde se encontravam as igrejas, “estava com os dias contados”. Igrejas como a Universal tinham muitos motivos para estarem apreensivas em relação ao novo Código, principalmente levando em conta que esta já havia sido anteriormente multada pela Receita Federal (p. 86).

Tendo em vista todas essas mudanças impostas pelo novo Código Civil, a reação dos evangélicos ativou os deputados e senadores da Bancada Evangélica, juntamente com lideranças religiosas, a tomarem medidas por via parlamentar. A defesa pela liberdade foi a principal bandeira levantada por esses políticos. Conforme Mariano (2003), no dia 3 de abril de 2003, o Deputado e pastor da Universal Paulo Gouvêa (PL), apresentou o primeiro Projeto de Lei de modificação do Código. Trata-se do Projeto de Lei 634/03, que propunha incluir as entidades religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado. Outros deputados evangélicos também elaboraram projetos com objetivos semelhantes (2003 p. 90).

Com intensa mobilização, no dia 4 de novembro de 2003, foi aprovada a alteração do Código Civil a partir do substitutivo que classificava as organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado, elaborado pelo católico e Deputado Federal do PT, João Alfredo. Os partidos políticos também foram incluídos no novo Artigo 44. Logo em seguida, o Projeto

de Lei foi aprovado no Senado, em 3 de dezembro, onde atuaram os senadores Magno Malta (PL), Paulo Octávio, do antigo Partido da Frente Liberal (PFL) e Marcelo Crivella (PL).

Vale ressaltar que assim como o próprio Senador Magno Malta admite, a “estratégia” de incluir os partidos políticos como pessoa jurídica de direito privado foi para: “podemos aprovar essa mudança com a velocidade que aprovamos. Isso foi feito de forma consciente” (2003 *apud* Mariano, 2003 p. 93). Como bem observado por Mariano, “a estratégia de tipo 'toma-lá-dá-cá' articulada por dirigentes partidários e evangélicos, foi bem sucedida” (2006, p. 93).

Cabe ressaltar, que a mobilização evangélica em volta da modificação do novo Código Civil demonstrou ser extremamente coletiva e articulada, com pastores, políticos, líderes religiosos, igrejas e bispos. Como sugere Mariano, essa força política e religiosa deverá ser vista inúmeras vezes, principalmente se considerarmos sua eficácia e visibilidade em ser disputada por candidatos e partidos políticos. Esse “toma-lá-dá-cá” gera apoios, barganhas, alianças, ganhos eleitorais, conquistas, recursos, parceria com Governos, e tende cada vez mais reforçar a participação e inclusão destes religiosos no campo político partidário.

Ainda sobre as vitórias de políticos evangélicos dentro do Congresso brasileiro, trago o trabalho de Quadros e Madeira (2018), intitulado “*Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil*”. Neste artigo os autores procuram contribuir para o debate acerca da atuação de lideranças conservadoras da bancada evangélica e da bala no Congresso brasileiro. São examinados discursos e Projetos de Lei formulados por parlamentares entre os anos de 2011 e 2017. Para Quadros e Madeira, ainda não é possível argumentar que a “direita envergonhada” está perdendo força na Câmara, mas sim, que um grupo de deputados ativos e ideologizados atuam na mobilização de categorias identitárias de uma “direita” conservadora.

Os autores apontam que o fenômeno da “direita envergonhada” estaria vinculado ao “fardo” que os herdeiros dos partidos ligados à sustentação da ditadura militar carregaram durante as primeiras décadas de redemocratização (QUADROS e MADEIRA, 2018, p. 516). Muitos estudiosos levantaram o argumento de que esse fenômeno perderia força ao passo que as mudanças geracionais tirassem do “jogo” atores que foram diretamente vinculados à ditadura. No entanto, trabalhos feitos nos anos 2000, apontaram para uma direita que ainda permanecia envergonhada, isso porque, o que ganhava força era a mobilização de uma identidade conservadora através de pautas que envolviam questões morais e de segurança pública (*ibid.*, 2018, p. 516).

Identificados como pertencentes à “nova direita” brasileira, os evangélicos visam assegurar seus interesses morais na defesa de pautas contrárias ao aborto e a homossexualidade. Como já visto, a quantidade de parlamentares evangélicos cresceu significativamente durante os últimos pleitos no Brasil. Na legislatura de 2014, estes parlamentares encontravam-se, em sua maioria, nos partidos PRB, PL e PSC, além dos parlamentares que se encontravam agregados em outros 20 partidos, ou seja, em quase todo o espectro ideológico (ibid., 2018, p. 496).

Nota-se também a predominância de algumas igrejas evangélicas no plenário. Ainda em 2014, 24 deputados federais pertenciam à Assembleia de Deus, 12 à Igreja Universal e, os demais, estavam distribuídos em outras 24 igrejas evangélicas. Dessa forma, temos que

[...] justamente por estarem disseminados e fragmentados em diversos partidos, igrejas e estados da federação, esses deputados são capazes de ocupar espaços simultaneamente no governo e na oposição, o que também permite que não se apresentem, nos casos em que parecer conveniente (escândalos de corrupção que afetem um dos seus pares, por exemplo), como um bloco orgânico, formalizado e plenamente identificável. (QUADROS e MADEIRA, 2018, p. 497)

Diante disso, percebemos que há uma heterogeneidade no que parecia dar coesão à dita “bancada evangélica”. Muitos autores (GONÇALVES, 2011; CASSOTA, 2016), sugerem a não existência de uma bancada evangélica que vote em bloco. De fato, Quadros e Madeira reconhecem que não há muitos estudos que apontam para um padrão de votação dos membros da bancada, mas que, no entanto, é perceptível que as principais lideranças evangélicas apresentam muitas similaridades discursivas mobilizadoras de uma categoria identitária conservadora (ibid., 2018, p. 497).

Sendo assim, após décadas de “direita envergonhada”, lideranças evangélicas encontram na agenda moral sua principal fonte de mobilização identitária, instrumentalizada politicamente. Podemos ver essa instrumentalização política a partir da reação conservadora ao episódio do “kit gay”, em 2011.

Parlamentares evangélicos reagiram de imediato para que esse material fosse avaliado, além de mobilizarem protestos de rua contra a implementação do que eles chamaram de “kit gay”. Dessa forma, “[...] as ameaças de retaliações promovidas pelos evangélicos vieram à luz, o Executivo decidiu cancelar a distribuição do material em uma declaração que denota a derrota do governo [...] (QUADROS e MADEIRA, 2018, p.500). Outra ação dos parlamentares conservadores diz respeito ao projeto “Escola sem partido”, que visava atender

aos interesses desse grupo contra a ação de governos futuros, principalmente, no que tange a implementação de políticas públicas contra a homofobia e a questão de gênero por eles denominada de “ideologia de gênero” (ibid., 2018, p. 500).

Outra disputa política muito mobilizada pelos religiosos no Congresso é a questão da oposição à descriminalização do aborto, no qual, tem forte apoio do eleitorado. Os membros da bancada evangélica atuam como protagonistas nesse movimento de contenção de leis menos restritivas contra o aborto. Os autores trazem que na Câmara dos Deputados, desde 2000, foram protocolados cerca de 78 Projetos de Leis, decretos, emendas e requerimentos voltados para a proibição do aborto. Todas essas iniciativas partiram de evangélicos ou parlamentares pertencentes à mesma bancada (ibid., 2018, p. 502).

Por fim, no que diz respeito à avaliação de lideranças evangélicas a ação política de seu próprio grupo, o artigo de Machado e Burity (2014) “*A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos*”, apresenta uma análise das diferentes posições de líderes pentecostais em relação ao engajamento político dos evangélicos, como também, à participação destes em debates públicos sobre temáticas sociais e éticas da sociedade.

A metodologia utilizada no referido artigo, foi de pesquisa qualitativa a partir de entrevistas com 58 líderes religiosos pentecostais, realizadas no período de 2011 e 2012 nas cidades de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro. Entre os entrevistados, grande parte possuía cargo eclesial, sendo que 18 destes acumulavam ou haviam se licenciado de seu cargo na igreja para assumir cargos na Câmara Federal, Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal. Como objetivo principal desta pesquisa, os autores apontam a necessidade de conhecer as visões dos atores religiosos que são importantes formadores de opinião pública no meio pentecostal, além, de “recolher as opiniões e iniciativas dos líderes nas áreas culturais/identitárias (com temas como aborto, homossexualidade, questões de gênero etc..) e política (partidos, corrupção, eleições etc..)” (MACHADO; BURITY, 2014, p. 602).

Machado e Burity trazem a ideia de que nas últimas décadas o pentecostalismo se tornou uma religião pública, isso porque houve, por parte desse grupo, a adoção de um *modelo corporativista de representação política*, com o lançamento de candidaturas oficiais pela IURD, o que fez com que outras igrejas também criassem espaços para o debate político acirrando as disputas no interior do campo evangélico.

Dessa forma, essa lógica pragmática:

[...] acabou favorecendo não só a entrada dos pentecostais na política institucional, como também na direção das máquinas partidárias. Assim, a interpenetração das esferas confessional e partidária, que já havia sido identificada na década de 1980 com a participação de religiosos da IURD nos diretórios estaduais do Partido Liberal (1985-2006), pode ser ainda hoje constatada quando se examina a composição das bancadas e das executivas do Partido Republicano Brasileiro (PRB) e do Partido Social Cristão (PSC). (MACHADO e BURITY, 2014, p. 606).

Adentrando às entrevistas, os autores destacam que os entrevistados são “fluentes no idioma secular”, ou seja, conseguem expressar suas visões, conhecimentos e suas posições sem recorrer a linguagem religiosa. Quando são perguntados sobre diferentes temas (eleições, políticas, relação religião-Estado, direitos humanos, etc..) os entrevistados não apresentam dificuldades e, com elevado grau de instrução, muitos apresentam argumentos “acadêmicos”.

Foi possível identificar, que as narrativas vão desde uma admissão do apoliticismo até a defesa da politização entre os pentecostais. Isso, segundo os autores (2014), observa-se em termos geracionais. Por um lado tem-se aqueles que reclamam em favor da politização pentecostal, mas por outro, essa narrativa a favor da inserção política não está presente em todas as falas.

Segundo Machado e Burity, os pentecostais possuem, sim, um grau de conhecimento acerca da democracia que aproxima-se muito de uma visão liberal. Por parte dos entrevistados, não são colocados em dúvida o valor das instituições, da liberdade de expressão e da organização pluripartidária. Há uma aproximação da ideologia liberal, principalmente em vista do estímulo ao empreendedorismo individual, “[...] que se traduz em apoio às estruturas de mercado” (BURITY, 2006;2013 *apud* MACHADO e BURITY, 2014, p. 611).

Acerca do debate religião-Estado, o discurso pentecostal emerge vertentes ora por motivos de sobrevivência, ora por “guerra de posições” (2014, p. 614). No primeiro caso, trata-se da resistência dos pentecostais em relação ao assédio dos movimentos sociais, da discriminação da mídia e etc.. No segundo, tem-se a tentativa de penetrar a política e a sociedade através dos “valores do Reino de Deus”. Além da luta destes em não serem invisibilizados, os pentecostais se enxergam como o “sal da terra” e “luz do mundo”, ou seja, são eles que purificam aquilo que está “apodrecido”. Pode-se confirmar essa concepção através da fala de um Deputado Estadual do PSB, onde este expressa que:

A única coisa que justifica eu estar deputado é porque eu sacudo a Bíblia e digo “eu sou crente, eu sou crente em Jesus”. Porque eu não sei fazer projeto, eu não sou

doutor. Eu até tenho um bocado de projeto. Mas pra mim a parte maior, mais forte do meu mandato é dizer que eu sou um milagre, eu sou um servo de Deus, foi Deus que me botou no parlamento, só ele me tira daqui. (MACHADO e BURITY, 2014, p. 615).

Vale lembrar que essa não é uma concepção universalmente compartilhada por todos os pentecostais, há muitos embates internos sobre isso, o que pode ser verificado na fala de um entrevistado que rejeita a junção de religião-Estado:

É extremamente problemático a Igreja se pronunciar a favor ou contra um político. Porque a Igreja precisa manter a sua distância profética de qualquer partido ou figura política. Por quê? Nenhum partido e nenhuma figura encarnará plenamente os valores escriturísticos. Isso é impossível. Nem mesmo um evangélico! Porque os evangélicos são os piores exemplos! (MACHADO e BURITY, 2014, p. 615)

No âmbito das avaliações, nota-se que essas são díspares quando o assunto é a atuação política evangélica. Percebeu-se uma heterogeneidade dessas avaliações inteiramente ligadas às visões que esses entrevistados têm sobre a cultura política brasileira. Dessa maneira, os autores apontam que os líderes que mais possuem posições positivas sobre a inserção dos atores evangélicos na política são aqueles que já exerceram ou exercem mandatos políticos.

Machado e Burity (2014) esclarecem que foram identificadas quatro posições sobre a ocupação dos evangélicos em cargos eletivos, sendo elas: 1º) como qualquer outro segmento social os evangélicos podem e devem participar das disputas políticas; 2º) a participação deve-se restringir apenas ao poder Legislativo; 3º) a não defesa da inserção de seus “irmãos” na política por entenderem que o “processo político brasileiro é deteriorado”; 4º) aqueles que vetam qualquer participação dos grupos religiosos nos espaços de poder por defenderem que o Estado é laico. As duas últimas concepções são minoritárias, e estão ligadas à uma crítica ao messianismo e um reconhecimento da pluralidade dos direitos de outras minorias (MACHADO e BURITY, 2014, p. 618)

Por fim, os autores concluem que neste cenário de politização líderes pentecostais sentem que devem fazer parte da política como forma de defender seus ideais contra os ideais *secularistas*. Eles lutam pela sua sobrevivência na esfera pública. Foi também observado que há uma grande preocupação em estar em sintonia com as transformações ocorridas na sociedade brasileira pós-88, principalmente a respeito da pluralização e democratização. E por último, que há um crescimento, por parte das lideranças pentecostais mais jovens, de um

maior sentimento de autocritica e de engajamento nas diversas áreas da vida social, política, cultural e econômica do país.

4.1.2 Voto evangélico

Neste tópico, são apresentadas algumas características do perfil do eleitor evangélico, bem como, de seu comportamento em eleições majoritárias para presidente. Em um primeiro momento, são expostas algumas características do voto evangélico nas eleições de 2002 e 2006, além de uma análise do perfil socioeconômico e político destes eleitores (BOHL, 2007;2004). Por fim, são destacadas algumas características postas como definidoras do voto evangélico no Brasil (FUKS e RODRIGUES, 2015).

Adentrando aos artigos que tratam da temática que envolve o comportamento eleitoral do grupo dos evangélicos, trago Bohl que analisa em *“Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)”*, o comportamento eleitoral dos evangélicos no Brasil durante os pleitos de 2002 e 2006, verificando se estes concentram os votos em razão de uma identidade ou de interesses. A autora também analisa qual a percepção destes acerca do regime democrático brasileiro.

Bohn tem como objetivo entender as similaridades do comportamento eleitoral dos membros das denominações evangélicas, entendendo que as similaridades do comportamento destes eleitores decorrem, não de preferências partidárias ou por candidatos específicos, mas sim, das características de cada eleição. Em outras palavras, “o contexto político de cada eleição desempenha um papel primordial na mobilização ou desmobilização de identidades religiosas [...]” (BOHN, 2007, p. 367).

Desse modo, sabe-se que nas eleições de 2002, no primeiro turno, havia um candidato declaradamente evangélico que durante sua campanha eleitoral “sistematicamente mobilizou” sua identidade religiosa. Este candidato era Anthony Garotinho, que não conseguiu chegar ao segundo turno daquela eleição e teve seus votos transferidos para Lula. Já em 2006, as eleições criaram um ambiente em que não haviam candidatos declaradamente evangélicos e, desse modo, a autora lança a pergunta: “houve homogeneidade no comportamento eleitoral dos evangélicos em 2006?”, se sim, “eles votaram em Lula?” (2007, p. 368).

Diante disso, Bohn irá utilizar em sua análise o contexto político-eleitoral de 2006 a fim de verificar se, mesmo diante da falta de candidaturas evangélicas, esse grupo votou em

uníssono em um candidato em comparação com o voto dos demais grupos religiosos. Uma hipótese é que, se em 2006 a probabilidade dos evangélicos votarem em Lula foi significativamente maior que a de outras religiões, então pode-se concluir que igualmente aos evangélicos americanos, que são um grupo homogêneo no comportamento eleitoral, os evangélicos brasileiros também votam por interesses próprios.

Para testar sua hipótese, a autora através de análise probit, introduz uma série de controles à variável religião, como: renda; educação; gênero; auto posicionamento direita-esquerda; nível de sofisticação política; avaliação do governo Lula; e, rejeição a diferentes partidos. Como resultado, os dados mostram que, controlada pelas variáveis mencionadas, a variável religião “não teve qualquer poder explicativo na votação de Lula em 2006” (p. 375). Assim,

[...] pela série de fatores mencionada, é possível afirmar que a candidatura de Lula não foi capaz de mobilizar a identidade evangélica da mesma maneira que Anthony Garotinho o fez em 2002. Esses resultados também indicam que o grupo de eleitores evangélicos não formam um grupo de interesse que identifica a candidatura de Lula como a melhor para defender seus interesses vitais. Desse modo, a transferência de votos de Garotinho para Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 deve ser vista como esporádica e motivada por fatores conjunturais e não estruturais, como o apoio ao programa partidário de Lula. (BOHN, 2007, p. 375)

Ou seja, a partir dos dados, nota-se que a eleição presidencial de 2006 foi expressa pelo voto econômico e não por uma identificação com o candidato do PT.

Acerca do que pensam os evangélicos em relação ao regime democrático no Brasil, percebeu-se que estes possuem, em maior grau, atitudes de ambivalência em relação à democracia. Os dados de Bohn (2007) demonstram que o segmento evangélico possui níveis mais baixos de satisfação com a democracia, sendo que 53% dos evangélicos pentecostais, mostram estar pouco ou nada satisfeitos com o desempenho democrático brasileiro (ibid.,p. 377). Os dados ainda apontam que não somente os pentecostais são os mais insatisfeitos com a democracia, em comparação com os demais grupos religiosos, como também, acreditam em alguma proporção que regimes autoritários são melhores que democracias.

Por fim, temos que os eleitores evangélicos, nas eleições de 2002 e 2006, se mostraram eleitores de identidade, isso porque, a concentração do voto evangélico só se faz presente diante da existência de um candidato também evangélico. Os evangélicos também apresentam maiores atitudes ambivalentes em relação à democracia, o que segundo a autora, é preocupante visto que o segmento evangélico tende a crescer no país.

Partindo para outro artigo, em *“Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral”*, Bohl analisa três interpretações que surgem na literatura acerca do segmento evangélico: 1º) a interpretação de que os evangélicos estariam associados a condições econômicas e sociais adversas, onde a opção pelo evangelismo seria característica desse grupo menos favorecido; 2º) a interpretação que vincula o público evangélico a posições usualmente associados à direita; e, 3º) que a filiação evangélica geraria lealdades políticas automáticas (BOHN, 2004, p. 289).

Para analisar essas interpretações, a autora utiliza os dados do ESEB de 2002 como forma de mapear o comportamento político-eleitoral dos evangélicos através dos seguintes elementos: 1) nível de sofisticação política; 2) preferência partidária; e 3) determinantes de seu comportamento eleitoral (BOHN, 2004, p. 289).

Adentrando aos dados do ESEB 2002, o perfil socioeconômico dos grupos religiosos se baseou nas seguintes variáveis: renda (mensal); e, escolaridade. Como a literatura sugere, há uma associação entre a religião evangélica e precárias condições socioeconômicas. Bohn supõe que deva haver uma concentração de pessoas de baixa renda e baixo nível educacional entre os fiéis evangélicos.

De fato, como assinalado pela literatura, a maior parte dos membros das igrejas evangélicas advém de estratos sociais mais baixos. Segundo os dados do ESEB 2002, 67,7% dos evangélicos recebem mensalmente, no máximo, até dois salários mínimos. Porém, a associação entre precariedade e filiação à religião evangélica não é exclusiva dessa confissão religiosa. Os dados mostram que 59,7% das pessoas que se declaram “sem religião” fazem parte dos segmentos mais baixos de renda. Ou seja, é incorreto afirmar que a religiosidade no Brasil seja própria aos segmentos menos privilegiados e que os grupos mais abastados sejam massivamente sem religião (ibid., 2004, p. 298).

Em relação ao nível de escolaridade, a autora destaca que há uma relação linear negativa entre nível educacional e pertencimento à religião evangélica. No entanto, entre as pessoas com o nível educacional mais baixo, a preferência religiosa é por ser católico. Desse modo:

[...] se de fato há uma maior concentração de pessoas de baixo nível educacional entre os evangélicos (em comparação com outros graus de escolaridade), essa associação é bastante semelhante à existente entre os católicos. Evangélicos pentecostais realmente possuem um menor nível de escolaridade que os evangélicos não-pentecostais. Entre os que não concluíram o ensino fundamental, há quase o dobro de chance de uma pessoa ser adepta de uma religião pentecostal do que não-pentecostal. Cerca de 15.7% dos evangélicos não-pentecostais têm nível superior. Entre os membros das denominações não-pentecostais, essa proporção é de apenas 2.2%. (BOHN, 2004, p. 300-301)

É possível notar que renda e educação não distinguem claramente os evangélicos dos demais grupos religiosos. No entanto, algo que distingue o evangelismo de forma muito clara, é o nível de religiosidade que pode ser entendido como o grau de exposição dos fiéis às autoridades religiosas (quantidade de vezes que um fiel frequenta cultos).

Bohn (2004) aponta que os evangélicos possuem um alto grau de exposição às autoridades religiosas, cerca de 82,6% dos fiéis evangélicos frequentam os cultos pelo menos uma ou mais vezes por semana. Esse alto grau de exposição, é percebido dentre todas as denominações evangélicas sendo os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, os mais assíduos (ibid., p. 304). Analisando esse segmento em conjunto, os membros com maior nível de escolaridade (grupos não-pentecostais), são os que possuem menores graus de assiduidade.

Em relação a sofisticação política, no que tange a exposição à imprensa, verificou-se que católicos e evangélicos possuem perfis semelhantes, sendo os únicos no qual mais da metade do grupo não está exposto à imprensa escrita, com um percentual de 51,9%. Sendo assim, a exposição destes à imprensa é consideravelmente limitada. Em relação à exposição às notícias de telejornal, católicos e evangélicos também não se distinguem, metade dos membros dessas duas religiões não assistem aos programas nacionais com frequência (51% evangélicos, 50,1% católicos) (BOHN, 2004, p. 307).

No que diz respeito ao tema do aborto, que está presente no debate público, os evangélicos possuem a maior posição contrária em qualquer situação, 46,7%. No entanto, por mais que os evangélicos sejam os mais tradicionalistas, a posição anti-aborto é comum entre todos os grupos (BOHN, 2004, p. 313). A respeito da homossexualidade masculina, há uma distinção entre os evangélicos e os demais grupos religiosos, pois os primeiros possuem uma atitude extremamente negativa em relação a homossexualidade. Dentre o segmento evangélico, 84,3% dos indivíduos consideram a homossexualidade imoral ou doentia, enquanto 15,7% consideram que as pessoas são livres para realizar suas escolhas.

No que tange às escolhas eleitorais e partidárias dos evangélicos, a autora afirma que é problemático utilizar o padrão de preferência partidária para posicioná-los numa escala ideológica. O apoio a autoridades religiosas é o que distingue esse grupo das demais religiões, isso porque 19,1% dos evangélicos elegem esse quesito como fundamental para decidir sua escolha eleitoral, ou seja, a importância atribuída ao apoio das autoridades da igreja tem muito peso no voto dos membros deste segmento (BOHN, 2004).

Por fim, o último artigo que trata da categoria do comportamento eleitoral evangélico, é o de Mario Fuks e Guilherme Rodrigues intitulado “*Grupos sociais e preferência política*”: *o voto evangélico no Brasil*”. Os autores apontam que o fenômeno do “voto evangélico”, que consiste na escolha eleitoral motivada por estímulos no interior do grupo, é um tema que vem sendo muito estudado na sociologia e na ciência política. Na literatura, são encontrados diferentes fatores que determinam o voto evangélico. Sendo assim, há algum consenso de que as igrejas atuam de forma estratégica na persuasão política de seus membros por meio de pastores e líderes religiosos.

Outros estudos apontam que a frequência de participação de fiéis em cultos é fator determinante na influência política destes em votarem conforme seu grupo. Existem também estudos que enfatizam atributos ou motivações individuais, como escolaridade e sofisticação política, que seriam variáveis que intervêm na capacidade das igrejas definirem as escolhas eleitorais de seus membros. Por último, nota-se a existência de trabalhos que realçam o tipo de organização eclesial adotado pelas igrejas como fator de influência sobre o comportamento político dos fiéis (FUKS e RODRIGUES, 2015, p. 115).

Acerca dos determinantes do voto evangélico, os autores apontam três dimensões que são consideradas em seu estudo: 1º) nível de integração do indivíduo ao grupo definido pela frequência de atividade da igreja; 2º) o modelo de organização eclesial que determina os padrões de interação e as possibilidades de comunicação entre os indivíduos; e 3º) o papel das lideranças religiosas na capacidade de persuasão dos estímulos políticos (FUKS e RODRIGUES, 2015, p. 117-118).

Em relação ao hábito de frequentar a igreja, os autores afirmam que a capacidade de influência de um grupo está positivamente associada ao aumento de interação entre membros, desta forma, há uma associação da frequência que o eleitor evangélico vai a igreja e a sua propensão em votar conforme orientação de seu grupo religioso.

Acerca da segunda dimensão, o modelo de organização eclesial, os autores destacam que entre as igrejas evangélicas brasileiras, há uma diferenciação entre denominações altamente verticalizadas e denominações descentralizadas. As primeiras, centralizam suas decisões em uma cúpula mantendo o controle das atividades e da comunicação do grupo, já nas segundas, os membros participam ativamente dos processos decisórios acerca do rumo da comunidade (ibid., 2015, p. 119). As igrejas tradicionais ou históricas, apresentam um modelo eclesial mais horizontalizado, diferente das denominações pentecostais que centralizam o poder no corpo eclesial. Sendo assim, temos que: “denominações religiosas menos

hierarquizadas não reproduziriam com o mesmo impacto a difusão de mensagens que afetam o comportamento político de seus membros” (FUKS e RODRIGUES, 2015, p. 119).

Desse modo, as lideranças religiosas, no âmbito de suas igrejas,

[...] ocupam um espaço organizacional estratégico e dispõem de elevado status em sua estrutura, assegurando privilégios na comunicação com o grupo durante as reuniões que demandam sua intervenção. Isso é particularmente acentuado para o caso das igrejas pentecostais, onde os cultos e encontros de oração são as atividades mais comuns e importantes para a comunidade religiosa, tornando recorrente e intensa a exposição dos pastores e demais lideranças eclesiais ao grupo. Nas igrejas tradicionais, que dispensam o clero para a realização de diversas atividades, a capacidade de as lideranças eclesiais exercerem esse papel tende a se reduzir. (FUKS e RODRIGUES, 2015, p. 120)

A partir disso, os autores buscam saber se é possível afirmar que denominações evangélicas verticalizadas em sua estrutura eclesial têm os cultos como principal atividade de emissão de estímulos políticos.

Para essa investigação, os autores utilizaram o banco de dados da pesquisa “Novo nascimento”. O universo pesquisado são os evangélicos da região metropolitana do Rio de Janeiro durante as eleições de 1994, com uma amostra de 1.303 casos. Para a análise, os respondentes foram agregados em seis categorias: Assembleia de Deus; Batista; Universal do Reino de Deus; Históricas; Renovadas; e, Outras Pentecostais. Estes grupos foram analisados como variáveis de controle nos testes estatísticos (FUKS e RODRIGUES, 2015, p. 121). Já os fatores explicativos do voto evangélico, foram organizados nos seguintes indicadores: hábito de frequentar a igreja; média da participação dos fiéis nas atividades eclesiais; exposição média dos fiéis à liderança; liderança socioemotiva (ibid., 2015, p. 121).

Considerando os resultados dos quatro indicadores para os seis grupos analisados, verificou-se que as variações encontradas nos resultados confirmam as conclusões encontradas na literatura, tendo um destaque para as igrejas Universal do Reino de Deus, Renovadas e outras pentecostais (2015, p. 122). Essas igrejas reuniram características que são supostamente mais favoráveis ao voto evangélico, ou seja, estas contam com elevado nível de frequência dos fiéis em cultos, adotam o modelo verticalizado com baixa participação e possuem lideranças carismáticas expostas aos fiéis.

Nos resultados da pesquisa de Fuks e Rodrigues, o que chama atenção é o efeito que a Igreja Universal tem sobre o voto de seus membros. Segundo os autores:

Os membros desse grupo têm probabilidade 198% maior de votar em um candidato que seja evangélico em relação ao grupo de referência (Históricas). Para todos os demais, o efeito é positivo, mas apenas para as Renovadas se mostrou estatisticamente significativo, com chance 73,8% maior de voto evangélico. Surpreende apenas os resultados válidos para Assembleia de Deus e outras pentecostais, sobretudo a primeira, que é uma das denominações brasileiras com maior presença no cenário político-eleitoral, mas que, pelos dados apresentados, estiveram pouco mobilizados durante as eleições de 1994 no Rio de Janeiro. (FUKE e RODRIGUES, 2015, p. 125).

A respeito dos resultados referente às *Outras Pentecostais*, percebeu-se um resultado reflexo de regras adotadas por duas das principais denominações pentecostais no Brasil, Congregação Cristã e Deus é Amor, que proíbem a inserção de membros em qualquer tipo de disputa política.

Por fim, de modo geral, a partir dos resultados obtidos é possível observar que as denominações que mais destacam-se como definidoras do voto evangélico são as Igreja Universal do Reino de Deus e Renovadas. No entanto, os resultados não são suficientes para entender de que forma essas denominações induzem o voto de seus membros. Notou-se que os indicadores de *hábitos de frequentar a igreja e lideranças sociomotivas*, são os indicadores mais significativos.

4.1.3 Igreja Universal do Reino de Deus

Neste tópico serão apresentados dois trabalhos de Ari Oro publicados em 2003 que trazem como foco central a organização eclesial da Igreja Universal do Reino de Deus. O primeiro artigo exposto aqui é "*Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus*", que discorre sobre a inserção da IURD na política nacional. Oro (2003) traz que o sucesso eleitoral dessa igreja se deve pela sua organização eclesial carismática que traz para o campo político elementos práticos e simbólicos do campo religioso (ibid., p. 97). Dessa forma, a IURD dispõe, ao mesmo tempo, de um fundador e de uma organização portadores de carisma. A autoridade carismática de Edir Macedo é reconhecida por fiéis e líderes da Igreja fazendo da IURD uma instituição que emana forte poder de densidade simbólica (ibid., 2003, p. 98).

Acerca da inserção política da Igreja Universal, tem-se que essa debutou na política em 1986 elegendo um deputado federal para Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, elegeu três deputados federais e 6 estaduais. Mais tarde, em 1994, duplicou seu número de

deputados na Câmara, contando com 8 representantes. Em 1998, obteve sucesso ao eleger 26 deputados para as Assembleias Legislativas estaduais e 18 deputados federais. Já em 2002, a IURD elegeu 22 parlamentares, sendo 18 deles *iurdianos* e quatro apoiados pela igreja. Além disso, no ano de 2002 foi eleito o primeiro senador da Igreja, o bispo Marcelo Crivella com 3.235.570 de votos (ORO, 2003, p. 99).

Nota-se que essa crescente da IURD no Congresso auxiliou o aumento da chamada “bancada evangélica”, porém, Oro assinala que não é possível tratar dessa bancada como um grupo coeso, tendo em vista que são raras as votações em que se pode perceber uma coesão evangélica de seus membros, exceto para temas que dizem respeito à moral e defesa da família (ORO, 2003, p. 100).

De fato, o exercício de autoridade carismática da IURD não se dá de modo opressivo, mas sim, mediante a mobilização de vários elementos práticos e simbólicos. A IURD, conforme assinala Oro (2003), faz uso de rede midiática, mídia eletrônica e assistencialismo, além de trazer para o campo político sua cosmovisão religiosa. No que diz respeito a essa questão, a IURD aciona um discurso milenarista (ORO, 2003, p. 104) no qual se mostra fonte de uma nova moral pública e uma nova ética política, principalmente no que diz respeito à corrupção.

Desse modo, a igreja aciona os fiéis para também fazerem parte da política, uma vez que essa é reduto da atuação de satanás. Os fiéis, neste cenário, concebem o voto como um ato “quase-religioso”, ou seja, para os *iurdianos* o ato de votar vai além do dever cívico, ele rechaça o mal presente na política elegendo aqueles que são os “verdadeiros homens de Deus” (ORO, 2003, p. 106-107).

Outro trabalho, de mesma autoria, que será tratado neste tópico, é “*A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religiosos e Políticos Brasileiros*”, que discorre a partir de uma pesquisa de campo realizada no estado do Rio Grande do Sul acerca da inserção da Igreja Universal na política brasileira. Os principais argumentos do autor, são: 1º) que o sucesso eleitoral alcançado por essa igreja está inteiramente ligado ao seu carisma institucional, com o uso intensivo da mídia religiosa e de discursos ancorados em aspectos simbólicos do campo religioso; 2º) que a Igreja Universal produziu um efeito mimético em outras igrejas e religiões, que assim como ela, querem expressar seu capital político e poder institucional (ORO, 2003, p. 53).

Acerca do primeiro argumento, sabe-se que desde de 1977 a Igreja Universal adotou um modo próprio de fazer política. Esse modelo caracteriza-se por ser uma forma corporativista de lançar “candidaturas oficiais”. Realiza-se antes das eleições campanhas de

incentivo para jovens de 16 anos obterem seu título de eleitor, além disso, efetua-se uma espécie de “recenseamento” dos fiéis, a fim de se verificar seus dados eleitorais. Todos esses dados são passado para os bispos regionais que os transferem para o coordenador político da IURD. Juntos, estes bispos irão deliberar quantos candidatos irão anunciar em cada município e estado, tudo isso baseado no quociente eleitoral dos partidos e do número de eleitores iurdianos (2003, p. 55).

Quando lançados, esses candidatos são apresentados na mídia evangélica e nos cultos. Conforme Oro (2003)

[...] ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da Igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos. (p. 55)

Sobre isso, o autor traz que uma Igreja de Porto Alegre durante a campanha eleitoral de 2002, usou um *banner* colocado sobre o altar contendo a imagem de uma urna eletrônica como forma de instruir os fiéis a votarem em seus “irmãos”. Ainda em Porto Alegre, no dia 15 de setembro de 2002, uma urna eletrônica foi posta à disposição dos membros da igreja caso esses quisessem “treinar” para a hora da votação (ibid.,p. 56).

O autor afirma que diante de toda essa “dedicação pedagógica”, a Universal elevou-se como a principal instituição brasileira a se dedicar em aplicar a conscientização e o direcionamento do voto de seus membros. Porém, é importante destacar que a escolha dos candidatos que representarão a IURD é uma escolha exclusiva dos dirigentes da igreja, segundo seus próprios interesses (2003, p. 56). Isso pode ser visto na fala do próprio Bispo Rodrigues para o *Jornal do Brasil* em outubro de 2001: “Nossa força é que temos uma hierarquia, há uma hierarquia que é seguida à risca [...]” (RODRIGUES, 2001 *apud* 2003, p. 56).

Em relação a autoridade carismática da IURD na política, sabe-se que ela está ligada a mobilização de vários elementos práticos e simbólicos, como por exemplo, o uso da rede midiática e imprensa eletrônica própria, além de toda a rede assistencialista e projetos sociais. Mas não só desses elementos práticos fazem da IURD uma instituição tão carismática, há também a construção de sua representação política através de discursos e elementos doutrinários. Pode-se exemplificar isso com uma frase do Bispo Rodrigues, onde se faz “necessário uma grande reforma espiritual na vida do povo brasileiro” (1998, p. 27 *apud*

ORO, 2003, p. 57), ou seja, para a IURD, a corrupção é antítese dos princípios cristãos e por esse motivo se faz necessário eleger os homens e mulheres de Deus.

Oro aponta que há consequências vindas desse tipo de discurso, pois:

[...] para os fiéis iurdianos votar não constitui apenas um exercício de cidadania. Ele também é concebido como um ato que preenche um sentido quase-religioso. Trata-se de um gesto de exorcismo do demônio que se encontra na política e de sua libertação para que ela seja ocupada por “pessoas tementes ao Senhor Jesus”, segundo a expressão de Bispo Rodrigues. Em outras palavras, o efeito de sentido produzido pelo discurso e pelo carisma da IURD por ocasião do período que precede as eleições é tal que seus fiéis acrescentam um significado a mais ao ato de votar além do dever cívico. (ORO, 2003, p. 58)

Ou seja, a Universal mobiliza na política o que o autor chama de ressemantização do voto, através de valores, símbolos e crenças que alimentam uma ideia de “guerra santa” contra o mal, nesse caso contra a política “mundana”.

Sobre o segundo argumento de Oro, referente ao efeito mimético que a IURD produz, sabe-se que o sucesso político da Universal serviu de exemplo para outras igrejas e religiões, como é o caso da Assembleia de Deus e da Igreja do Evangelho Quadrangular. No entanto, a primeira imita a Universal até certo ponto (2003, p. 59), pois a política *assembleiana* consiste em indicar alguns candidatos deixando livre para que seus fiéis votem em quem desejarem, além de não desaconselhar outros membros a darem seus nomes como possíveis candidatos. Já a IEQ, no Rio Grande do Sul, fez um levantamento de toda a sua potencialidade política, para decidir se lançaria, ou não, “candidaturas oficiais”. Nesse sentido, a Igreja do Evangelho Quadrangular se mostra diferente das outras duas por realizar prévias internas, semelhante a um partido político. Isso gerou uma eficácia, se comparada à produzida pela Assembleia de Deus, como foi observado pelo autor nas eleições em Porto Alegre (2003, p. 60).

Na tabela a seguir é possível visualizar as principais diferenças entre os métodos adotados pelas igrejas:

Quadro (3) Diferenças entre o lançamento de “candidaturas oficiais”

Religião	Prévias	Candidatura Oficial	Exerce algum tipo de pressão para direcionar o voto dos fiéis
Quadrangular	Sim	Sim	Sim

Universal	Não	Sim	Sim
Assembleia de Deus	Não	Sim	Não

Fonte: (ORO, 2003)

Adentrando a relação da IURD com os partidos políticos e candidatos, é importante destacar que esta possui bastante influência na arena política. Com o PT, por exemplo, a Universal já se aliou em algumas eleições, principalmente devido à alianças partidárias com o Partido Liberal (PL). A aliança entre o PT e a Universal já havia se concretizado antes mesmo das eleições de 2000. Oro aponta que o denominador comum entre o partido e a Igreja foi o discurso pela ética política (2003, p. 63), ou seja, a afinidade entre eles, se deu pelo compartilhamento do discurso de “purificação da política”, sendo esse um componente do imaginário político dessas duas instituições (ORO, 2003, p. 64).

Como conclusão o autor destaca alguns pontos importante: 1º) os evangélicos seguem e aceitam as regras democráticas; 2º) o fato destes comparecerem a esfera política comprova a possibilidade de participação; 3º) os evangélicos contribuem, mesmo que de forma indireta, para a consolidação da democracia no Brasil; 4º) os evangélicos constituem uma forma de mobilização política de setores desfavorecidos, visto que muitas pessoas vão experienciar pela primeira vez “conversar sobre política” e valorizar o voto no ambiente eclesial.

4.1.4 Mídia evangélica

Para a discussão que envolve a temática da mídia evangélica trago Lima e Werneck (2012) que em “*A Notícia Política na Mídia Evangélica: O Mensageiro da Paz e a Folha Universal em Perspectiva Comparada*”, tem o objetivo de buscar respostas acerca do modo como duas grandes denominações cristãs, a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, “representam e participam da política partidária” (ibid.,p. 244). Para tanto, tomou-se como material empírico os jornais impressos publicados por essas duas denominações: *O Mensageiro da Paz* (AD); e a *Folha Universal* (IURD).

Os autores apontam que o objetivo não é verificar as posições partidárias, a fim de se fazer especulações acerca da atividade política desses grupos ou fazer uma avaliação pessoal

sobre essas instituições religiosas enquanto atores políticos, mas sim, comparar e examinar as visões de mundo vigentes nos ambientes onde esses jornais são produzidos e circulam, tendo em mente que essas duas instituições possuem peculiaridades e semelhanças. As edições escolhidas para análise foram de maio de 2010 e janeiro de 2011, dentro do contexto das eleições de 2010, que foi marcada pela disputa acirrada entre os candidatos na conquista pelo voto cristão.

Lima e Werneck trazem que os pentecostais veem na política um caminho para afirmarem a moral cristã sobre os costumes privados (2012, p. 223). Dessa forma, é de suma importância compreendermos o modo como esses dois grupos — genericamente chamados pela mídia secular de “evangélicos” — representam a vida política, visto que hoje são duas importantes frações do pentecostalismo brasileiro formadoras de opiniões.

Neste sentido, sobre as eleições de 2010, os autores colocam a questão que orienta essa pesquisa

Como foram tratados os temas políticos em cada um dos veículos, nas edições que circularam durante a última eleição presidencial? Uma eleição especialmente singular, durante a qual os candidatos buscaram o apoio formal das igrejas e as lideranças dessas igrejas diversas vezes se pronunciaram publicamente acerca da sua posição política, ao mesmo tempo que debates sobre o próprio vínculo entre religião e política invadiram o noticiário e a mídia secular.(LIMA e WERNECK, 2012, p. 226)

A partir da questão que se coloca, os autores apresentam as denominações destacadas e seus respectivos jornais. Começando pela Assembleia de Deus que, por 40 anos, se expandiu por todo o Brasil sendo conhecida como a igreja dos excluídos e dos pobres.

O Mensageiro da Paz é um periódico mensal da igreja *assembleiana*, vendido por meio de assinaturas ou por cotas nas igrejas. Com seu formato tablóide, o jornal possui 28 páginas coloridas em papel *top print*, o que proporciona maior fidelidade às cores, fotos e ilustrações (2012, p. 229). Como objetivo, o jornal quer: “levar a visão do evangelismo e a divulgação da doutrina pentecostal por intermédio da imprensa” (p. 229). É importante destacar que *O Mensageiro da Paz*, mesmo seguindo um padrão do jornalismo secular, apresenta um estilo próprio, redigido na linguagem do meio cristão evangélico.

Adentrando a *Folha Universal*, esta caracteriza-se por ser um dos jornais com maior circulação na América Latina, tendo sua distribuição nos templos *iurdianos*. Sua maior tiragem ocorreu em Julho de 2010, quando foi comemorado sua edição número 1.000. Nesta estavam contidas mensagens de congratulações de várias personalidades do meio político.

Dentre estes, destacam-se: Dilma Rousseff (PT); Michel Temer (PMDB); José Sarney (PMDB); entre outros.

A *Folha Universal* é em formato tabloide, constituída de 32 páginas coloridas impressas em papel jornal. Há espaços dedicados à publicidade com temas distribuídos em dois eixos separados fisicamente: o primeiro, trata de assuntos ligados diretamente à fé e a IURD; o segundo, aborda temas gerais (política, saúde, cultura, entretenimento). Como objetivo, a *Folha Universal* pretende “levar seus fiéis à melhor informação, ao entretenimento e à reflexão sobre os mais variados assuntos”. Eles ainda destacam que a intenção do jornal é levar a informação de maneira simples, objetiva, clara e isenta (LIMA e WERNECK, 2012, p. 232).

A mídia evangélica tratada aqui tematizou a política durante as eleições de 2010 de uma forma aparente. O *Mensageiro da Paz* trouxe de forma visível uma valoração dos candidatos. Em muitos momentos foi possível observar a "preferência" pelo candidato do PSDB, José Serra, e pela candidata do PV (Partido Verde), Marina Silva. Já a candidata do PT, recebia destaque negativo por ser favorável ao aborto. Ainda no que se refere ao *Mensageiro da Paz*, o jornal ressalta inúmeras vezes a força evangélica na decisão eleitoral. Está muito presente nas edições do jornal incentivos para a escolha de candidatos cristãos, acentuando a força eleitoral evangélica.

A respeito da *Folha Universal*, esta possui muitas edições voltadas para a importância do voto, incentivando fiéis a votarem em um candidato que tem “capacidade administrativa”. Em uma dessas edições, há um guia de como votar e uma “cola” para o dia da votação. Os autores apontam que, na *Folha Universal*, 11 páginas foram dedicadas a explicar as atribuições constitucionais de cada cargo eletivo que poderiam estar em qualquer jornal secular (2014, p. 237).

Outra diferença explícita entre os dois jornais pentecostais está na defesa dos candidatos. Enquanto o *Mensageiro da Paz* se coloca contra a candidata do PT, a *Folha Universal* traz diversas matérias exaltando a candidata, além de várias notas desmentindo os “boatos” de que Dilma seria favorável ao aborto. Há também, por parte do jornal *iurdiano*, denúncias contra José Serra do PSDB, acusando-o de tentar atrapalhar a campanha de Dilma Rousseff e de defender interesses da Igreja Católica. Percebe-se que os dois jornais tomam posições muito distintas em relação à valoração dos candidatos.

Como conclusão, os autores destacam que, por parte do jornal da Assembleia de Deus, há um interesse exclusivo na conservação moral privada, principalmente em relação a assuntos dos direitos reprodutivos e sexuais (2012, p. 243). A política no *Mensageiro da Paz*

é abordada como uma arena onde deve-se assegurar a força da igreja perante as demais entidades religiosas do país. Por outro lado, a *Folha Universal* traz edições que mostram a força, a visibilidade institucional e a influência social da IURD, além de veicular matérias que visam levar diferentes temas ao leitor, *iurdiano*, com informações de utilidade cívica e temas públicos (ibid.,p. 244).

4.1.5 A controvérsia do aborto

O aborto é uma questão polêmica que tem ganhado destaque dentro do debate público brasileiro. De um lado temos políticos conservadores ligados à denominações religiosas, que pautam o “direito à vida” como temas centrais de seu discurso. Por outro lado, o movimento feminista, com a ajuda de políticos progressistas, luta pela descriminalização da prática do aborto. Nota-se que este tema, desde a redemocratização, tornou-se uma pauta importante da agenda parlamentar (MIGUEL et al., 2017, p. 230), tanto daqueles que são desfavoráveis, quanto dos que se mostram favoráveis.

Neste tópico, é abordado a questão do aborto dentro do debate legislativo a partir dos discursos parlamentares proferidos desde de 1991 até 2015 (MIGUEL et al., 2017). Posteriormente, será exposto a questão do aborto como fator decisivo no rumo das eleições presidenciais de 2010 (NAARA, 2014).

O artigo de Miguel et al. (2017), “*O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados*”, discute como se deu o debate em torno da des/criminalização do aborto na Câmara de Deputados durante um período de 24 anos, de fevereiro de 1991 até janeiro de 2015. Esse trabalho se sustenta em um estudo exploratório que buscou identificar os principais atores envolvidos na discussão parlamentar sobre a temática.

Os dados que se referem a este debate na Camâra de Deputados, demonstra que a ofensiva conservadora, de atuação contrária a descriminalização do aborto em campanhas e no Congresso, assumiu um novo padrão a partir de 2000. Os Projetos de Lei que visavam o aborto legal têm sido arquivados ou barrados em comissões legislativas. Miguel et al. aponta que em 2015 haviam cinco Projetos de Lei sobre o aborto tramitando no Congresso, apenas um deles era favorável a ampliação do direito ao abortamento (ibid., 2017, p. 234)

A atuação dos parlamentares sobre essa pauta teria se intensificado a partir da década de 90, tanto pela ampliação feminina no Congresso, como também, pelo aumento do número de congressistas vinculados a denominações religiosas (MIGUEL et al., 2017, p. 236). Dessa forma, no período de 1991 a 2015, a atuação de congressistas religiosos se tornaria mais articulada a partir da formação de frentes parlamentares focadas na pauta do aborto (MIGUEL et al., 2017, p. 235). Essas frentes teriam sido usadas como estratégia para avançar nas temáticas da agenda evangélica de “defesa da família”. No entanto, é importante destacar que não é possível caracterizar a frente parlamentar, contrária ao aborto, como um bloco homogêneo, pois estas são formadas por parlamentares de diferentes origens religiosas. Desse modo, ser contrário ao aborto não se restringe aos parlamentares evangélicos, mesmo estes tendo um grande destaque nesta dinâmica política (ibid., 2017, p. 135-136).

Como principais propostas da bancada religiosa em relação ao aborto, são apontados os seguintes tópicos:

[...] (1) revogar todas as exceções à proibição à interrupção da gravidez; (2) ampliar as penalidades em caso de aborto ilegal; (3) criar um cadastro nacional de grávidas, de maneira a facilitar a perseguição daquelas que optam pelo aborto; (4) estimular que a gravidez resultante de estupro não seja interrompida, com incentivo financeiro para a vítima que decidir ter o filho (a chamada “bolsa estupro”); e/ou (5) estabelecer que o direito à vida seja protegido “desde a concepção”, formulação que buscam inserir na própria Constituição brasileira. (MIGUEL et al., 2017, p. 236)

De fato, a presença de parlamentares evangélicos no Congresso é algo relevante para que seja possível explicar a ofensiva ampliada contra o aborto nos anos 2000 (MIGUEL et al., 2017, p. 237). O controle do debate sobre o tema foi tomado por parte das igrejas como estratégia para o recuo da oposição. A atuação política das igrejas nessa pauta, além de ampliar o conservadorismo no Congresso, produziu uma paralisia nessa agenda (ibid., 2017, p. 238). Dessa forma, as ações públicas sob uma perspectiva moral, têm sido o impulso para a construção de uma identidade política de parlamentares cristãos que buscam os votos entre os “fiéis” (MIGUEL et al., 2017, p. 238).

No que diz respeito aos argumentos encontrados dentro dos discursos anti-aborto, destacam-se razões fundadas nos

[...] (1) dogmas religiosos; (2) em argumentos morais que, ainda que muitas vezes ecoem uma moralidade de fundo místico, evitam utilizar conceitos como “alma” ou a intervenção de algum ser sobrenatural; (3) na opinião pública, pela ideia de que o aborto não deve ser permitido porque surveys mostram uma maioria da população brasileira contrária à concessão do direito; e (4) em argumentos jurídicos, em geral, decorrentes de uma definição de “vida” iniciada na concepção, daí afirmando a

extensão da proteção constitucional à vida também aos não nascidos, assim definidos como “pessoas”. Há ainda a presença marginal, mas não irrelevante, de discursos que se posicionam contra o aborto por vê-lo como parte de uma estratégia imperialista de contenção da população dos países do Sul. (MIGUEL et al., 2017, p. 248)

Pode-se notar que os argumentos mobilizados contrários ao aborto, convergem em questões de “defesa da vida” e religiosidade.

Os autores apontam que o argumento de “direito à vida”, é o que mais se faz presente nos discursos. Parlamentares religiosos visam impedir a discussão sobre o aborto, e não, estimula-lá, isso porque, para alguns parlamentares essa discussão toca na decisão de terceiros sobre a vida de um indivíduo (MIGUEL et al., 2017, p. 250). Nesses discursos, em todos os momentos “[...] é mobilizada, de forma implícita ou explícita, a noção de que a vida se inicia na concepção. Trata-se de um elemento fundamental na visão que funda o discurso contrário ao direito ao aborto” (ibid., 2017, p. 150).

No entanto, os autores notaram uma mudança dos argumentos a partir dos anos 2000. Levando em conta que de 1991 até 2002, cerca de 65,6% dos argumentos mobilizados possuíam um viés religioso. Esse percentual, no período de 2003 até 2014, caiu para 30%. Essa queda indica que a defesa da laicidade encontra apoio até mesmo na bancada religiosa, pois a evocação direta da sua religiosidade “[...] se mostra incapaz de agregar a maioria dos votos da casa e, portanto, são necessários outros tipos de discurso para atingir os pares” (MIGUEL et al., 2017, p. 253).

Conclui-se então, que os discursos proferidos na Câmara de Deputados entre 1991 e 2015, se escoram em argumentos de cunho moral e religioso. Porém, isso não significa que os argumentos religiosos tenham se ampliado durante todos esses anos na casa legislativa, mas pelo contrário, os dados mostram que a laicidade do Estado parece estar sendo levada em conta até mesmo por parlamentares religiosos.

Acerca da controvérsia do aborto nas eleições de 2010, Naara (2014) traz que o tema foi usado como um divisor de águas para a escolha de um candidato. A pesquisa mostra que em Setembro de 2010, semanas antes do primeiro turno, o tema do aborto despontou na campanha através de especulações sobre o posicionamento dos principais candidatos. Dilma Rousseff, foi o foco da maioria das acusações. Associado a isso, iniciou-se no mesmo período, pesquisas eleitorais que indicavam uma mudança significativa das intenções de voto do eleitorado religioso.

Na campanha eleitoral de 2010, houve uma grande cobertura sobre o tema por parte da imprensa. Segundo Naara (2014), a palavra-chave “aborto” na versão eletrônica da *Folha de São Paulo*, foi encontrada em todos os meses de 2010. Destaca-se que houve um grande aumento da busca pela palavra no mês de outubro, mês da eleição, onde das 513 notícias vinculados ao tema, 203 foram publicadas em outubro (2014, p. 369).

O posicionamento político de figuras religiosas começou a ser retratado às vésperas do primeiro turno. Em 28 de setembro de 2010, Silas Malafaia Pastor da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, acusou Marina Silva de “dissimular suas ideais sobre a liberação do aborto e da maconha” (2014, p. 372), declarando apoio ao candidato do PSDB, José Serra. Outra liderança evangélica que declarou abertamente seu apoio a uma candidatura, foi Edir Macedo, que virou notícia ao denunciar que a candidata e aliada Dilma Rousseff estava sendo vítima de “boatos”, referindo-se as notícias de que Dilma seria favorável ao aborto e ao casamento de homossexuais.

No segundo turno do pleito de 2010, notícias sobre a articulação entre Dilma e os evangélicos surgem com a manchete: “Dilma lançará ‘carta’ contra o aborto e o casamento gay: *‘não mandarei ao Congresso nenhuma legislação que impacte na religião’*”. A matéria ainda destaca que Dilma estava sendo pressionada por evangélicos a assinar uma carta contra o aborto e o casamento entre casais homossexuais.

Por fim, a carta pública encabeçada pelos evangélicos foi assinada por Dilma poucos dias antes do segundo turno. Com isso, houve o desaparecimento das lideranças religiosas na cobertura das eleições, fato que corrobora com as interpretações que apontavam o oportunismo de líderes evangélicos nas eleições, visto que após conquistarem seu propósito, saíram de cena. Consequentemente, a imprensa pareceu também ter esquecido deles.

4.1.6 Candidaturas evangélicas e financiamento de campanha

A última categoria aqui analisada diz respeito ao debate trazido por Netto e Speck (2017) no artigo “*O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?*”, onde os autores buscam verificar se o dinheiro teve um peso menor na campanha eleitoral de candidatos evangélicos para o cargo de deputado federal e estadual nas eleições de 2010 e 2014. O artigo tem o intuito de analisar duas influências no que se refere às chances de

sucesso ou fracasso eleitoral dos candidatos evangélicos. Essas influências dizem respeito ao vínculo entre candidatos e igrejas e como isso produz votos em eleições legislativas.

Para esta análise, os autores dialogam com duas vertentes crescentes na literatura. A primeira aborda o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil e sua influência na política, e principalmente, nas eleições, a segunda, são trabalhos que tratam da relação entre o dinheiro e a política com enfoque nos recursos de campanhas eleitorais (NETTO; SPECK, 2017). Desta forma, o objetivo dos autores é avançar nestas duas discussões através de análise de dados que demonstram que o dinheiro importa menos para os candidatos que deixam claro ao eleitorado o pertencimento à uma denominação evangélica. Assim, Netto e Speck, analisam se

[...] candidatos que exploram a questão da identificação religiosa, apresentando-se como evangélicos, possuem um perfil de financiamento de suas campanhas que os diferencia dos demais candidatos. Mais especificamente, analisamos se os candidatos evangélicos arrecadam menos doações do que os outros e, principalmente, se o efeito das despesas financeiras sobre o sucesso eleitoral é menor para os candidatos evangélicos em comparação com os outros candidatos.

De fato, como a literatura sugere, o dinheiro nos financiamentos de campanha no Brasil é um atributo muito importante para explicar o sucesso e o fracasso eleitoral. A primeira hipótese dos autores é de que candidatos religiosos arrecadam menos recursos financeiros, pois, contam com um eleitorado cativo que seguem a premissa de que “irmão vota em irmão”. Além disso, os candidatos evangélicos contam com o apoio institucional das igrejas através de recursos “não contabilizados”. O raciocínio levantando é de que “[...] candidaturas evangélicas dependeriam menos de recursos financeiros e, como consequência, dedicariam menor esforço para a arrecadação de doações de campanha das diferentes fontes” (NETTO; SPECK, 2017).

Sobre a segunda hipótese, de que os candidatos evangélicos disponibilizam de outros recursos para mobilizarem sua campanha eleitoral, Netto e Speck argumentam que, para os candidatos evangélicos, o dinheiro gasto nas campanhas têm um menor impacto sobre seu desempenho eleitoral, isso porque, cada Real adicionado tem um impacto menor sobre a votação, comparado a outros candidatos. A H2, gira em torno do fato de que candidatos evangélicos recorrem a recursos alternativos para se elegerem.

Em relação a H1, os autores verificaram que “[...] em média, os candidatos evangélicos não arrecadam nem mais nem menos do que os seus concorrentes. Não há diferenças significantes e substantivas com relação ao volume de dinheiro recebido [...]”

(NETTO;SPECK, 2017). Como resultado da análise estatística dos dados, verificou-se que a média de receitas e despesas dos candidatos evangélicos são muito menores que a de candidatos não evangélicos para os cargos proporcionais em disputa. Além disso, os autores repararam que essa diferença se torna mais significativa quando comparados os cargos em disputa. Candidatos evangélicos que concorreram ao cargo de deputado federal arrecadaram cerca de 0,26% de dinheiro em comparação aos não evangélicos (0,60%).

A partir do modelo de regressão linear multivariada com a inserção de 4 variáveis independentes de controle (sexo, magnitude do distrito, competição dos candidatos, partidos), os autores puderam inferir que um candidato evangélico que concorre ao cargo de deputado estadual ou federal, possui 0,17 pontos percentuais a menos de receita de campanha que os demais candidatos. No entanto, este valor não é estatisticamente significativo, ou seja, as receitas de campanha de candidatos evangélicos para cargos de deputado federal ou estadual não se diferem dos outros candidatos quando controladas a relação por sexo, magnitude do distrito, competição dos candidatos e partidos.

Referente a H2, Netto e Speck usaram de regressão logística onde a variável dependente passa a ser uma *dummy* para candidatos eleitos (1) e não eleitos (2), e as principais variáveis independentes são: “porcentagem de despesa do candidato em relação aos candidatos para o mesmo cargo e no mesmo estado (x1); ser candidato evangélico (x2); e a interação entre as duas variáveis, x1 e x2, resultando na variável x3” (NETTO; SPECK, 2017). As variáveis independentes de controle continuam as mesmas. A primeira conclusão dos autores é que:

[...] as despesas de campanha possuem uma associação positiva e significativa com o sucesso eleitoral dos candidatos em disputa para ambos os cargos. A segunda conclusão é que somente ser um candidato evangélico não possui impactos significativos e substantivos para o candidato conseguir se eleger. Terceiro, quando há a interação entre gastos de campanha e ser um candidato evangélico, com o aumento de 1% nos gastos de campanha, há 47% de chance de o candidato evangélico se eleger para deputado estadual, em comparação com outros candidatos com o mesmo incremento de gasto eleitoral, e 57% para se eleger a deputado federal. (NETTO;SPECK, 2017)

Os achados empíricos demonstram que o dinheiro realmente rende menos para os candidatos evangélicos. Isso corrobora com a hipótese de que os candidatos evangélicos fazem render o dinheiro da campanha de forma distinta por alguns motivos causais como: 1) possuírem um eleitorado cativo formado pelos fiéis das igrejas; 2) possuírem uma rede de contatos através da igreja; 3) possuírem o capital simbólico (ser evangélico); 4) se auto declararem abertamente evangélicos através do nome de urna; e, 5) possuírem a possibilidade

de fazer campanha em igrejas. Por fim, os autores concluem a análise evidenciando que os resultados de sua pesquisa indicam um efeito Jacobson² em relação aos candidatos evangélicos, visto que, em média, o dinheiro importa menos para que estes sejam eleitos.

² O “efeito Jacobson” é um efeito mediador analisado por Jacobson (1978), no qual identifica diferentes variáveis sobre a efetividade de recursos em campanhas eleitorais. “O ‘efeito Jacobson’ analisa efeitos compensatórios do dinheiro na ausência de outros recursos não monetizados nas campanhas eleitorais” (NETTO e SPECK, 2017).

CONCLUSÃO

A partir da análise dos principais argumentos levantados pela literatura mobilizada nesta pesquisa de TCC, podemos concluir alguns pontos no que se refere à inserção e atuação política dos evangélicos no Brasil. O primeiro que destaco aqui, diz respeito à forma como se desenhou o ingresso desse grupo religioso nos espaços legislativos. Nota-se que ao abandonarem uma postura apolítica, os evangélicos, mais especificamente, os pentecostais, ingressam na política a partir de um pretexto de luta pela “sobrevivência” enquanto instituição religiosa. Isso se deve, principalmente, por conta da Igreja Católica, que por muito tempo monopolizou o campo religioso brasileiro impossibilitando a expressão religiosa das demais denominações.

Como pontua Freston (1993), desde o surgimento do pentecostalismo no Brasil em 1910, fiéis e pastores evangélicos foram perseguidos e discriminados por conta de sua doutrina. Dirigentes católicos, até meados de 1950, dificultavam a expansão das demais crenças no Brasil através de uma ofensiva contra as “falsas religiões” (MARIANO, 2011). Os anos de perseguição marcaram a memória dos evangélicos que, com o avanço da modernização e da pluralização do campo religioso, se expandiram não só numericamente na sociedade como na política, a partir da redemocratização do Estado. Dessa forma, uma vez inseridos na política partidária, os evangélicos levantaram suas bandeiras a favor da liberdade religiosa e da seguridade de um Estado laico. A primeira bandeira, é levantada em defesa de sua sobrevivência enquanto religião, já a segunda, como recurso legalista para sua inserção na política e no debate público.

A literatura ainda aponta para um reconhecimento, por parte dos evangélicos, das regras em que se estabelece o jogo político no Brasil, ou seja, eles seguem as regras do jogo, mesmo que estas estejam em desacordo com seus valores morais e religiosos. Há um entendimento de que a evocação direta da religiosidade no Congresso, na maior parte do tempo, “[...] se mostra incapaz de agregar a maioria dos votos da casa e, portanto, são necessários outros tipos de discurso para atingir os pares” (MIGUEL et al., 2017, p. 253).

A bancada evangélica é outro ponto importante do debate mobilizado pela literatura, isso porque, os trabalhos convergem para um consenso de que não existe uma “bancada evangélica”. Assim, diferente do que se imagina, essa “bancada” não vota em uníssono na maioria das pautas em votação na Câmara. Há uma heterogeneidade no que parecia ser algo coeso. Quadros e Madeira (2018) defendem que, na verdade, há uma similaridade discursiva

de grandes lideranças religiosas na mobilização de uma identidade conservadora em comum. É a partir dessa mobilização, que vemos um movimento coeso de congressistas contra pautas em votações favoráveis à descriminalização do aborto e do casamento entre homossexuais. No que se refere a temática do aborto, os evangélicos são os principais protagonistas na contenção de leis favoráveis a legalização do abortamento. Por mais que estes não sejam os únicos em defesa da pauta “pró-vida”, são os que mais representam tais discursos.

São em mobilizações como estas, contra o aborto ou a favor da “família tradicional”, que notamos a força discursiva que atores políticos religiosos possuem atualmente nos processos decisórios. A despeito disso, os evangélicos são considerados um caso de sucesso eleitoral no Brasil, tanto por representarem, através de seu discurso moral e religioso, boa parte da sociedade brasileira, como também, por contarem com o apoio institucional das igrejas evangélicas na empreitada de se lançarem na vida política.

A Igreja Universal, objeto de estudos de algumas pesquisas utilizadas neste trabalho, é uma forte representante do “modelo corporativista de representação política” (MACHADO e BURITY, 2014). A inserção das igrejas evangélicas na política se deve, principalmente, ao lançamento de “candidaturas oficiais”, iniciado pela Igreja Universal. Esse modelo somado ao alto grau de exposição de fiéis às autoridades religiosas em cultos, possibilita a entrada das igrejas nos espaços legislativos. Essa inserção se faz possível em detrimento de um eleitorado cativo que pela mobilização de recursos simbólicos do “ser evangélico” defendem a ideia de que “irmão vota em irmão”.

Portanto, ao se propor responder a pergunta de pesquisa: “como a literatura tem abordado a inserção dos evangélicos dentro do sistema político brasileiro?”, esse trabalho pôde levantar alguns apontamentos e argumentos importantes para a compreensão de um conjunto de fatores explicativos acerca do fenômeno evangélico na política institucional brasileira. Por se tratar de um assunto relevante, tanto pela questão política como social, é necessário a ampliação de trabalhos que tratem dessa temática, principalmente se considerarmos a crescente força política desse grupo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. (2005). Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, (24), 193-215.

BOHN, Simone R..Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, no 2, Novembro, 2007, p. 366-387. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/329/32913206.pdf>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

_____. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral.**Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, no 2 de Outubro de 2004, p. 288-338. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32910206>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Representação política e eleições no Brasil: percursos, entraves e perspectivas na produção recente. In: BOLOGNESI, B; SILVA, G. P.. (Org.). **Ciências Sociais Hoje: Ciência Política**. 1 ed.São Paulo: Zeppelini Publisher, 2020, v. , p. 192-210. Disponível em: <http://anpocs.com/images/BIB/CS_hoje2020/CS_hj__E-book_CP.pdf> . Acesso em: 20 de Dez. 2021

_____, Tiago Daher Padovezi; BABIRESKI, F. R. . Os Representantes de Deus e o sistema partidário: uma análise da distribuição das candidaturas evangélicas (1998-2014). **AGENDA POLÍTICA**, v. 9, p. 73, 2021. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/550/344>> . Acesso em: 20 de dez. 2021

CAMPOS, Luiz Augusto, & MACHADO, Carlos. (2015). A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (16), 121- 151.

CASSOTA, P. L. **Partido Social Cristão: organização e distribuição de poder. 2017. Exame de qualificação** (Doutorando em Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos;

CERQUEIRA, Claudia. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 36, n. 107, p. 1-20, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/3610703/2021>> . Acesso em: 20 de dez. 2021

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FUKS, Mario; RODRIGUES, Guilherme Alberto. Grupos sociais e preferência política. O voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 30, núm. 87, fevereiro de 2015, pp. 115-129. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10738405007>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

KINZO, M. D. G. . Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n.57, p. 65-81, 2005.

_____, M. D. G.. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-41, 2004.

LACERDA, F. **Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

_____. Evangélicos, pentecostais e representação política nas eleições legislativas no Brasil (1998-2010). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 32, n. 93, p. 01-23, nov. 2017. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/329310/2017>> . Acesso em: 31 de out. 2021

LIMA, Diana; WERNECK, Vinícius. A Notícia Política na Mídia Evangélica: O Mensageiro da Paz e a Folha Universal em Perspectiva Comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, 2012, pg. 221 a 250. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/218/21822925006.pdf>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, 2014, pg. 601 a 631. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/218/21832526002.pdf>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. **Estudos Eleitorais**. v. 1, n. 2, mai/ago 1997.

MARIANO, R. . A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas** (Porto Alegre) , v. 6, p. 77-99, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/742/74260205.pdf>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

_____. Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 34, p. 92-106, nov. 1992.

_____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores.

Secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out.-dez. 2016. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/742/Resumenes/Abstract_74249592012_2.pdf> . Acesso em: 15 de mar. 2021

_____. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 11, núm. 2, mai.-ago., 2011, pp. 238-258. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?idp=1&id=74220016005&cid=84646>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, n. 1, abril, 2017, p. 230-260. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/journal/329/32950439008/>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

NAARA, Luna. A Controvérsia do Aborto e a Imprensa na Campanha Eleitoral de 2010. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 367-391, Maio/Ago. 2014. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632473010.pdf>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

NASCIMENTO, Claudia Cerqueira. **Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da igreja universal do reino de deus**. 2017. 149 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016;

NETTO, G. F. **Quando o dinheiro importa menos: uma análise do financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos**. In: VI Seminário Discente do Programa de Pós Graduação em Ciência Política, 2016, São Paulo, SP. VI Seminário Discente Do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2016;

_____, Gabriela Figueiredo; SPECK, Bruno Wilhelm. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, núm. 3, 2017. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/journal/329/32963031009/>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. **Opinião Pública**, vol. 20, n. 3, dezembro de 2014, pp. 311-325

OLIVEIRA, Isabel Cristina Veloso de. **Comportamento Eleitoral e a variável religiosa na decisão do voto: um estudo sobre os eleitores neopentecostais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpretações do pentecostalismo no Brasil. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n.22, p, 383-395, jul/set. 2011.

_____, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religiosos e Políticos Brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18, no. 53, p. 53-69, outubro/2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10705304>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

_____. Organização eclesial e eficácia política O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas**, Porto Alegre, vol. 3, núm. 1, jun. 2003, pp. 97-109. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/742/74230105.pdf>> . Acesso em: 15 de mar. 2021

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, São Paulo, vol. 24, núm. 3, 2018, Set.-Dez., pp. 486-522. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/329/32958374001/>> . Acesso em: 15 de mar. de 2021.

SACCHET, TERESA . Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 399-431, 2012.

SIQUEIRA, Deis. Religiosidade contemporânea brasileira: estilo de vida e reflexividade **Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 9, núm. 1, janeiro-junho, 2006, pp. 13-26. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/703/70390101.pdf>> . Acesso em:15 de mar. 2021

TANAKA, M. **Voto da Fé: Comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas.